

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	94
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	96
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.215
Preferenciais	2.498
Total	5.713
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	658.014	681.542
1.01	Ativo Circulante	3.177	33.227
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	91	20.727
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	10.611
1.01.07	Despesas Antecipadas	100	158
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.986	1.731
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	12	12
1.01.08.03	Outros	2.974	1.719
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	2.971	1.711
1.01.08.03.05	Outros Créditos	3	8
1.02	Ativo Não Circulante	654.837	648.315
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	497.518	490.553
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	231.452	205.071
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	266.066	285.482
1.02.01.09.04	Adiantamentos a Fornecedores	122	122
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições a Recuperar	6.244	6.391
1.02.01.09.07	Depósitos Vinculados	428	14.456
1.02.01.09.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	259.272	264.513
1.02.02	Investimentos	97.169	97.669
1.02.02.01	Participações Societárias	91.871	92.371
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	54.375	54.374
1.02.04	Intangível	5.775	5.719

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	658.014	681.542
2.01	Passivo Circulante	137.500	20.885
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.709	1.842
2.01.02	Fornecedores	2.995	1.798
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.439	7.264
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	119.336	5.999
2.01.05	Outras Obrigações	4.021	3.982
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	4
2.01.05.02	Outros	4.017	3.978
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	1.487	1.449
2.01.05.02.05	Outros	2.530	2.529
2.02	Passivo Não Circulante	306.487	385.257
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	114.292
2.02.02	Outras Obrigações	34.360	42.090
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.360	33.169
2.02.02.02	Outros	0	8.921
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	8.921
2.02.04	Provisões	272.127	228.875
2.02.04.02	Outras Provisões	272.127	228.875
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	272.127	228.875
2.03	Patrimônio Líquido	214.027	275.400
2.03.01	Capital Social Realizado	541.888	541.888
2.03.02	Reservas de Capital	347.477	347.477
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-675.338	-613.965

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.046	-57.399	-33.535	-78.237
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.001	-11.172	-3.363	-11.112
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-938	-4.286	-809	-4.781
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.107	-41.941	-29.363	-62.344
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-22.046	-57.399	-33.535	-78.237
3.06	Resultado Financeiro	-2.026	-3.974	-7.769	-22.463
3.06.01	Receitas Financeiras	4.694	13.622	6.949	13.087
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.720	-17.596	-14.718	-35.550
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-24.072	-61.373	-41.304	-100.700
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-24.072	-61.373	-41.304	-100.700
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-24.072	-61.373	-41.304	-100.700
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,37000	-6,05000	-4,08000	-9,92000
3.99.01.02	PNR	-0,33000	-0,84000	-0,56000	-1,38000
3.99.01.03	PNA	-0,06000	-0,15000	-0,10000	-0,25000
3.99.01.04	PNB	-1,45000	-3,70000	-2,49000	-6,08000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,37000	-6,05000	-4,08000	-9,92000
3.99.02.02	PNR	-0,33000	-0,84000	-0,56000	-1,38000
3.99.02.03	PNA	-0,06000	-0,15000	-0,10000	-0,25000
3.99.02.04	PNB	-1,45000	-3,70000	-2,49000	-6,08000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-24.072	-61.373	-41.304	-100.700
4.03	Resultado Abrangente do Período	-24.072	-61.373	-41.304	-100.700

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-17.541	-317.661
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.927	-836
6.01.01.01	Prejuízo do período	-61.373	-100.700
6.01.01.02	Depreciação	36	36
6.01.01.03	Amortização	17	13
6.01.01.05	Amortização de custos de captação	300	1.946
6.01.01.06	Baixas de investimentos	0	-383
6.01.01.07	Encargos de financiamentos	12.341	30.797
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	41.941	62.346
6.01.01.10	Perdas com investimentos	1.811	2.427
6.01.01.13	Ativo permanente baixado	0	5
6.01.01.15	Baixa de intangível	0	2.677
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.614	-316.825
6.01.02.01	Contas a receber e outras contas a receber	0	-5
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-1.260	-718
6.01.02.03	Partes relacionadas	-25.190	-297.870
6.01.02.04	Impostos a recuperar	147	-961
6.01.02.06	Pagamentos antecipados	58	4
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	5.241	0
6.01.02.10	Outros créditos	5	1.050
6.01.02.11	Obrigações fiscais	2.175	-10
6.01.02.12	Fornecedores	-7.724	-2.564
6.01.02.13	Contas a pagar e outras	38	119
6.01.02.14	Outros passivos	1	0
6.01.02.15	Salários e outros encargos	-133	-1.228
6.01.02.16	Depósitos vinculados	14.028	-14.642
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.501	-56.114
6.02.01	Aplicações financeiras vinculadas	10.611	-55.678
6.02.02	Investimentos - aquisição	0	-427
6.02.03	Imobilizado - aquisição	-37	-3
6.02.04	Intangível - aquisição	-73	-6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.596	371.347
6.03.04	Juros pagos s/empréstimos e financiamentos	0	-4.868
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-13.596	-15.420
6.03.08	Aumento de capital	0	391.635
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.636	-2.428
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.727	4.188
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	91	1.760

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	541.888	347.477	0	-613.965	0	275.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	541.888	347.477	0	-613.965	0	275.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-61.373	0	-61.373
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-61.373	0	-61.373
5.07	Saldos Finais	541.888	347.477	0	-675.338	0	214.027

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.253	347.477	0	-554.078	0	-56.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.253	347.477	0	-554.078	0	-56.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	391.635	0	0	0	0	391.635
5.04.01	Aumentos de Capital	391.635	0	0	0	0	391.635
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-100.700	0	-100.700
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-100.700	0	-100.700
5.07	Saldos Finais	541.888	347.477	0	-654.778	0	234.587

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.065	-12.473
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.065	-12.473
7.03	Valor Adicionado Bruto	-14.065	-12.473
7.04	Retenções	-54	-49
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54	-49
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-14.119	-12.522
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-28.319	-49.257
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-41.941	-62.344
7.06.02	Receitas Financeiras	13.622	13.087
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-42.438	-61.779
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-42.438	-61.779
7.08.01	Pessoal	0	2.732
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	2.100
7.08.01.02	Benefícios	0	523
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	109
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.339	639
7.08.02.01	Federais	1.240	545
7.08.02.02	Estaduais	66	63
7.08.02.03	Municipais	33	31
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.596	35.550
7.08.03.03	Outras	17.596	35.550
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias	17.596	35.550
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-61.373	-100.700
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-61.373	-100.700

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.124.109	1.168.401
1.01	Ativo Circulante	152.940	213.233
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	128	20.795
1.01.02	Aplicações Financeiras	1	10.612
1.01.03	Contas a Receber	125.307	129.791
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.865	13.599
1.01.07	Despesas Antecipadas	197	665
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.442	37.771
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	159	12
1.01.08.03	Outros	19.283	37.759
1.01.08.03.03	Arrendamento Financeiro a Receber	11.105	8.094
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	5.036	26.113
1.01.08.03.05	Outros Créditos	3.142	3.552
1.02	Ativo Não Circulante	971.169	955.168
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	639.558	552.363
1.02.01.06	Tributos Diferidos	24.249	25.880
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	231.452	182.108
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	383.857	344.375
1.02.01.09.03	Arrendamento Financeiro a Receber	195.321	156.516
1.02.01.09.04	Adiantamentos a Fornecedores	4.388	4.409
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições a Recuperar	41.034	36.706
1.02.01.09.07	Depósitos Vinculados	781	14.809
1.02.01.09.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	142.333	131.935
1.02.02	Investimentos	5.298	5.298
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	89.316	152.907
1.02.04	Intangível	236.997	244.600

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.124.109	1.168.401
2.01	Passivo Circulante	392.517	267.963
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.991	1.925
2.01.02	Fornecedores	141.617	156.956
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.668	20.573
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	220.626	83.954
2.01.05	Outras Obrigações	4.615	4.555
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	4
2.01.05.02	Outros	4.611	4.551
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	1.487	1.449
2.01.05.02.05	Outros	3.124	3.102
2.02	Passivo Não Circulante	522.196	629.174
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	357.293	475.792
2.02.02	Outras Obrigações	34.197	47.696
2.02.02.02	Outros	34.197	47.696
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	27.549	32.503
2.02.02.02.05	Fornecedores	3.374	12.295
2.02.02.02.20	Outros	3.274	2.898
2.02.03	Tributos Diferidos	53.320	57.657
2.02.04	Provisões	77.386	48.029
2.02.04.02	Outras Provisões	77.386	48.029
2.02.04.02.04	Provisões para Passivo a Descoberto	76.050	46.693
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	1.336	1.336
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	209.396	271.264
2.03.01	Capital Social Realizado	541.888	541.888
2.03.02	Reservas de Capital	347.477	347.477
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-675.209	-613.836
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-4.760	-4.265

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.210	34.109	10.425	31.294
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.838	-14.393	-5.802	-14.621
3.03	Resultado Bruto	5.372	19.716	4.623	16.673
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.412	-58.557	-19.306	-53.875
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.164	-26.243	-9.327	-28.147
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-855	-2.957	-113	-2.714
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.393	-29.357	-9.866	-23.014
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.040	-38.841	-14.683	-37.202
3.06	Resultado Financeiro	-8.134	-25.733	-26.777	-67.855
3.06.01	Receitas Financeiras	14.446	32.956	10.412	26.061
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.580	-58.689	-37.189	-93.916
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-25.174	-64.574	-41.460	-105.057
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	859	2.706	-468	1.301
3.08.02	Diferido	859	2.706	-468	1.301
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-24.315	-61.868	-41.928	-103.756
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-24.315	-61.868	-41.928	-103.756
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-24.072	-61.373	-41.304	-100.700
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-243	-495	-624	-3.056
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,37000	-6,05000	-4,08000	-9,92000
3.99.01.02	PNR	-0,33000	-0,84000	-0,56000	-1,38000
3.99.01.03	PNA	-0,06000	-0,15000	-0,10000	-0,25000
3.99.01.04	PNB	-1,45000	-3,70000	-2,49000	-6,08000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,37000	-6,05000	-4,08000	-9,92000
3.99.02.02	PNR	-0,33000	-0,84000	-0,56000	-1,38000
3.99.02.03	PNA	-0,06000	-0,15000	-0,10000	-0,25000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99.02.04	PNB	-1,45000	-3,70000	-2,49000	-6,08000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-24.315	-61.868	-41.928	-103.756
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-24.315	-61.868	-41.928	-103.756
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-24.072	-61.373	-41.304	-100.700
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-243	-495	-624	-3.056

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.779	-262.462
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	89.207	13.551
6.01.01.01	Prejuízo do período	-61.373	-100.700
6.01.01.02	Depreciação	37	38
6.01.01.03	Amortização	7.676	21
6.01.01.05	Amortização de custos de captação	301	1.946
6.01.01.07	Encargos de financiamentos	48.932	79.313
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	29.357	20.968
6.01.01.11	IR e CS diferidos	-2.706	-1.300
6.01.01.12	Participação dos acionistas não controladores	-495	-3.023
6.01.01.13	Ativo permanente baixado	67.478	11.617
6.01.01.16	Encargos em atraso - pagamento de impostos	0	4.671
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85.428	-276.013
6.01.02.01	Contas a receber e outras contas a receber	4.484	-49.161
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	21.098	-30.035
6.01.02.03	Partes relacionadas	-49.344	-236.789
6.01.02.04	Impostos a recuperar	1.406	-2.860
6.01.02.06	Pagamentos antecipados	468	-81
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	-10.398	0
6.01.02.08	Arrendamento financeiro a receber	-41.963	5.365
6.01.02.10	Outros créditos	410	1.339
6.01.02.11	Obrigações fiscais	-1.859	6.516
6.01.02.12	Fornecedores	-24.260	45.426
6.01.02.13	Contas a pagar e outras	38	82
6.01.02.14	Outros passivos	398	297
6.01.02.15	Salários e outros encargos	66	-1.152
6.01.02.16	Depósitos vinculados	14.028	-14.960
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.614	-90.731
6.02.01	Aplicações financeiras vinculadas	10.611	-50.867
6.02.02	Investimentos - aquisição	0	-427
6.02.03	Imobilizado - aquisição	-3.924	-39.427
6.02.04	Intangível - aquisição	-73	-10
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.060	353.092
6.03.04	Juros pagos s/empréstimos e financiamentos	-14.473	-18.335
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-16.587	-20.208
6.03.08	Aumento de capital	0	391.635
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.667	-101
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.795	8.279
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	128	8.178

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	541.888	347.477	0	-613.836	0	275.529	-4.265	271.264
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	541.888	347.477	0	-613.836	0	275.529	-4.265	271.264
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-61.373	0	-61.373	-495	-61.868
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-61.373	0	-61.373	-495	-61.868
5.07	Saldos Finais	541.888	347.477	0	-675.209	0	214.156	-4.760	209.396

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	150.253	347.477	0	-551.952	0	-54.222	-2.945	-57.167
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.253	347.477	0	-551.952	0	-54.222	-2.945	-57.167
5.04	Transações de Capital com os Sócios	391.635	0	0	0	0	391.635	0	391.635
5.04.01	Aumentos de Capital	391.635	0	0	0	0	391.635	0	391.635
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-100.700	0	-100.700	-3.023	-103.723
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-100.700	0	-100.700	-3.023	-103.723
5.07	Saldos Finais	541.888	347.477	0	-652.652	0	236.713	-5.968	230.745

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	63.289	58.231
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	63.289	58.231
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-31.830	-31.256
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.393	-14.621
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.437	-16.635
7.03	Valor Adicionado Bruto	31.459	26.975
7.04	Retenções	-7.723	-7.719
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.723	-7.719
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.736	19.256
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.599	3.047
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-29.357	-23.014
7.06.02	Receitas Financeiras	32.956	26.061
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	27.335	22.303
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	27.335	22.303
7.08.01	Pessoal	2.651	5.175
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.082	4.160
7.08.01.02	Benefícios	395	788
7.08.01.03	F.G.T.S.	174	227
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.863	26.968
7.08.02.01	Federais	6.436	7.132
7.08.02.02	Estaduais	21.394	19.805
7.08.02.03	Municipais	33	31
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.689	93.916
7.08.03.03	Outras	58.689	93.916
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias	58.689	93.916
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-61.868	-103.756
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-61.373	-100.700
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-495	-3.056



Receita Líquida da Multiner aumenta 9,0% na comparação nos 9M13 x 9M12

Rio de Janeiro (RJ), 30 de setembro de 2013 – A Multiner S.A, uma empresa de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e com participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades civis ou comerciais no setor de energia, anuncia os resultados financeiros relativos ao 3T13. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em base consolidada e de acordo com os princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores são expressos em reais (R\$), exceto quando indicado de modo diferente.

DESTAQUES:

- A Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 24,3 milhões no 3T13. No mesmo período do ano anterior, a empresa havia apresentado um prejuízo de R\$ 41,9 milhões, ou seja, uma redução de 42,0%
- A receita líquida de vendas no 3T13 totalizou R\$ 10,2 milhões, 2,1% abaixo do reportado no mesmo período do ano anterior, porém, 9,0% maior na comparação nos 9M13 x 9M12.
- No 3T13, a produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 271.978,4 MWh. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) por 144.862,2 MWh e UTE Cristiano Rocha (RAESA) foi responsável por 127.116,3 MWh.

3T13

Relações com Investidores

Paulo Cesar Rutzen
Diretor Financeiro e de RI

Carlos Eduardo Gadelha
Analista de RI

Rosane A. G. Oliveira
Gerente de Contabilidade

ri@multiner.com.br
Tel.: (21) 2272-5548

Visite nosso site
www.multiner.com.br

Assessoria de Imprensa
Insight Comunicação
Contato: Vânia Santos
Tel: 21 2509-5399

Resumo dos Indicadores Econômicos e Operacionais

Multiner S.A. - Consolidado

(Valores em R\$ mil)	3T12 Ajustado	3T13	Variação %	9M12 Ajustado	9M13	Variação %
Receita líquida de vendas	10.425	10.210	-2,1%	31.294	34.109	9,0%
Custo das Vendas	(5.802)	(4.838)	-16,6%	(14.621)	(14.393)	-1,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(9.327)	(9.164)	-1,7%	(28.147)	(26.243)	-6,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(113)	(855)	656,6%	(2.714)	(2.957)	9,0%
Resultado Financeiro	(26.777)	(8.134)	-69,6%	(67.855)	(25.733)	-62,1%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.866)	(12.393)	25,6%	(23.014)	(29.357)	27,6%
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(468)	859	-283,5%	1.301	2.706	108,0%
Lucro/ Prejuízo do exercício	(41.928)	(24.315)	-42,0%	(103.756)	(61.868)	-40,4%



MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

CONSUMO DE ELETRICIDADE ACELERA 3,9% NO 3º TRIMESTRE DE 2013

A MAIOR CONTRIBUIÇÃO PARA ESSE CRESCIMENTO VEIO DAS RESIDÊNCIAS

BRASIL	2013		
	1º tri.	2º tri.	3º tri.
Total	2,8%	3,0%	3,9%
Residencial	6,5%	5,4%	6,9%
Comercial	6,3%	4,6%	5,3%
Industrial	-2,1%	1,1%	1,1%
Outros	5,2%	2,1%	5,1%

Varição sobre igual período de 2012; FONTE: EPE

O consumo nacional de energia elétrica na rede somou 115.124 gigawattshora (GWh) no terceiro trimestre de 2013, representando um crescimento de 3,9% sobre igual período de 2012. Esse percentual equivale a um acréscimo de 4.370 GWh. A maior contribuição para o desempenho do trimestre veio da classe residencial, que acrescentou 1.981 GWh em relação a 2012.

A expansão de 6,9% no terceiro trimestre é atribuída à expansão da posse e ao maior uso de eletrodomésticos nos domicílios. O segmento de comércio e serviços também registrou evolução importante, encerrando o trimestre com crescimento de 5,3% ante igual período de 2012. Este resultado, embora represente melhora na comparação com o segundo trimestre, sugere acomodação do ritmo de crescimento se comparado ao desempenho da classe em 2012 (+7,8%) e no acumulado em 12 meses (+6,5%).

A menor contribuição para o desempenho do trimestre veio da indústria, que totalizou 46.952 GWh no período, repetindo a taxa do segundo trimestre (+1,1%), correspondendo ao valor de -0,3% na série dessazonalizada. A variação na taxa anual ainda é nula.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Parque Gerador

A Multiner atualmente possui um parque gerador composto por 03 usinas operacionais (Alegria I, Alegria II e Cristiano Rocha). Alegria I e II são comercialmente exploradas por meio de parcerias com outras empresas.

Parque Gerador da Multiner em 30/09/2013

Usina	Participação (%)	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento do termo original da Autorização
Eólica				
New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO - Parque Alegria) *	80%	Guamaré/RN	151,8	12/2031
Total de fonte eólica			151,8	
Termelétrica				
Rio Amazonas Energia S.A (RAESA - Cristiano Rocha)	96%	Manaus/AM	85,0	10/2025
Total de fonte termoeletrica			85,0	
Total			236,8	

(*) Parque Eólico composto por 02 usinas

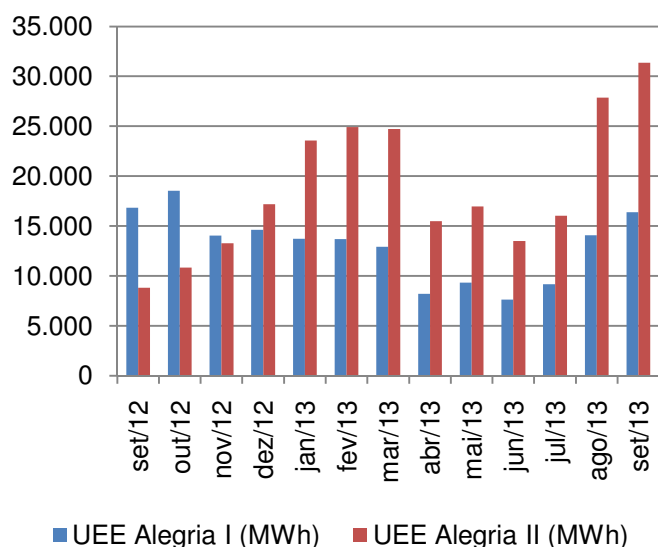


Produção

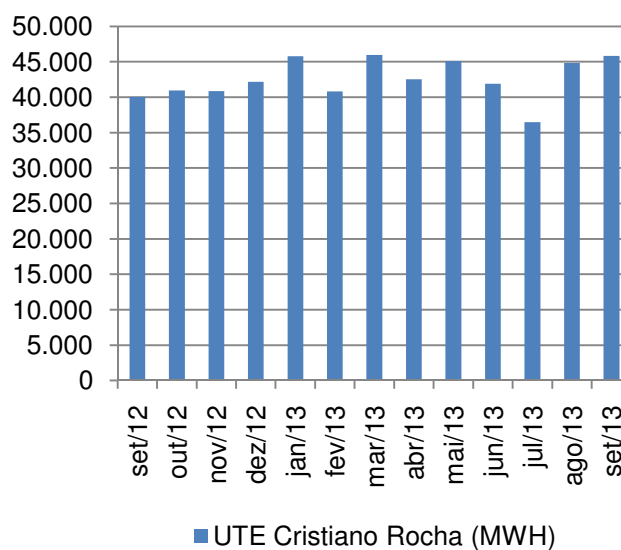
No 3T13, a produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 271.978,4 MWh. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) por 144.862,2 MWh e UTE Cristiano Rocha (RAESA) foi responsável por 127.116,3 MWh.

Nos 9M13, Parque Alegria gerou 299.537,4 MWh, aumento de 92,1% em relação ao 9M12 (155.925,9 MWh), e RAESA 389.206,9, aumento de 7,6% em relação aos 9M12 (361.680,8 MWh).

Parque Eólico Alegria



RAESA



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

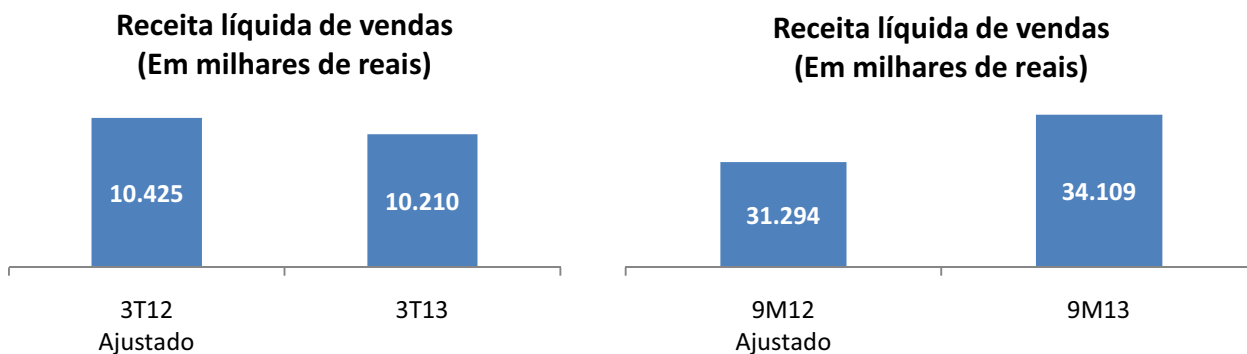
Multiner S.A. - Consolidado						
(Valores em R\$ mil)	3T12 Ajustado	3T13	Variação %	9M12 Ajustado	9M13	Variação %
Receita líquida de vendas	10.425	10.210	-2,1%	31.294	34.109	9,0%
Custo das Vendas	(5.802)	(4.838)	-16,6%	(14.621)	(14.393)	-1,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(9.327)	(9.164)	-1,7%	(28.147)	(26.243)	-6,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(113)	(855)	656,6%	(2.714)	(2.957)	9,0%
Resultado Financeiro	(26.777)	(8.134)	-69,6%	(67.855)	(25.733)	-62,1%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.866)	(12.393)	25,6%	(23.014)	(29.357)	27,6%
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(468)	859	-283,5%	1.301	2.706	108,0%
Lucro/Prejuízo do exercício	(41.928)	(24.315)	-42,0%	(103.756)	(61.868)	-40,4%

Receita Líquida de Vendas

No 3T13, a receita líquida de vendas apresentou uma queda de 2,1%, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 10,4 milhões para R\$ 10,2 milhões.



A receita líquida nos 9M13 totalizou R\$ 34,1 milhões, 9,0% acima do reportado nos 9M12 (R\$ 31,2 milhões). Esse resultado é substancialmente representado pelo aumento no valor de venda de energia e do contrato de Operação e Manutenção (O&M) pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A..



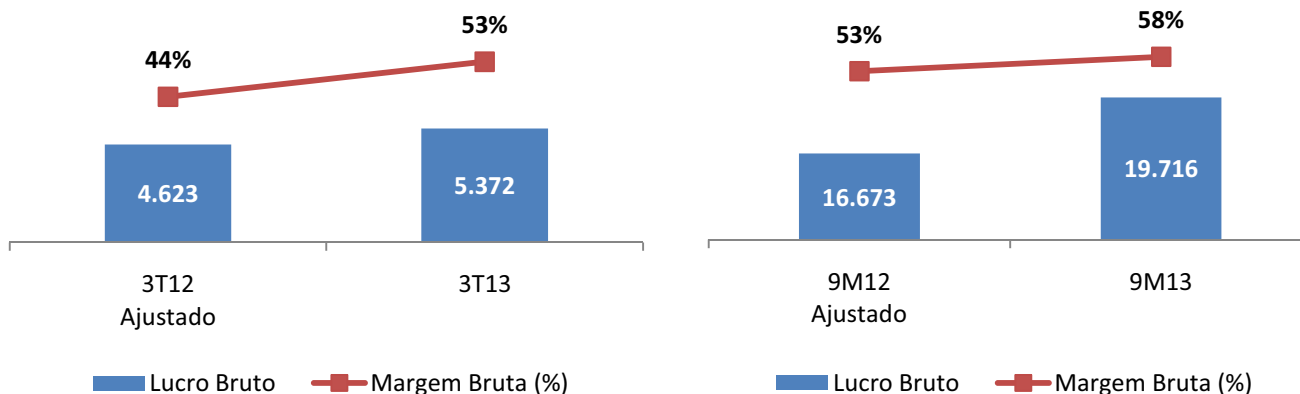
Custos das Vendas de Energia

Os custos das vendas de energia diminuíram em 16,6%, passando de R\$ 5,8 milhões no 3T12 para R\$ 4,8 milhões no 3T13. Nos 9M13, esses custos alcançaram R\$ 14,3, ou seja, uma diminuição de R\$ 0,2 milhões, ou 1,6%, aos R\$ 14,6 milhões registrados no mesmo período do ano de 2012. Essa variação se deve principalmente a diminuição de material de consumo da Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA.

Lucro Bruto

O lucro bruto teve crescimento de 16,2% quando comparado ao 3T12. A margem bruta de 53% no 3T13 supera em 9 p.p. a obtida no mesmo período do ano anterior. Na comparação 9M13x9M12, os resultados também foram maiores.

(Valores em R\$ mil)	3T12 Ajustado	3T13	Variação %	9M12 Ajustado	9M13	Variação %
Lucro Bruto	4.623	5.372	16,2%	16.673	19.716	18,3%
Margem Bruta (%)	44%	53%	9 p.p.	53%	58%	5 p.p.



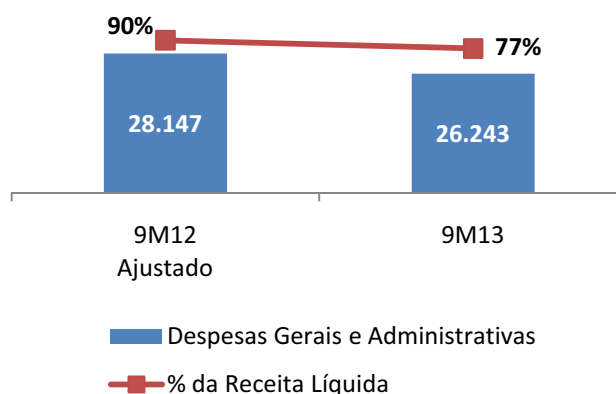
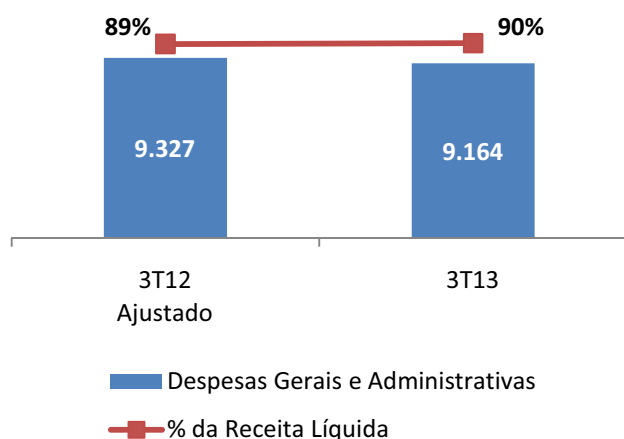


Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas do 3T13 atingiram R\$ 9,1 milhões. Já essas despesas relativas ao 3T12 foram de R\$ 9,3 milhões. Houve uma redução de 1,7% na comparação entre o período.

Nos 9M13, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 26,2 milhões. Houve uma redução de 6,8%, ou R\$ 1,9 milhões, aos R\$ 28,1 milhões registrados no mesmo período do ano de 2012. Essas despesas diminuíram devido, essencialmente, à redução no quadro de pessoal e armazenagem.

(Valores em R\$ mil)	3T12	3T13	Variação %	9M12	9M13	Variação %
Despesas Gerais e Administrativas	9.327	9.164	-1,7%	28.147	26.243	-6,8%
% da Receita Líquida	89%	90%	1,0 p.p.	90%	77%	(13,0 p.p.)



Outras Receitas/ Despesas Operacionais

No 3T13, o saldo da conta de outras receitas/despesas operacionais ficou negativo em R\$ 0,8 milhões. No mesmo período de 2012, houve efeito negativo de R\$ 0,1 milhões.

Nos 9M13 houve um efeito negativo de R\$ 2,9 milhões, ou R\$ 0,2 milhões a mais em relação aos R\$ 2,7 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi em razão basicamente de penalidades com energia elétrica, que foram resultantes do acordo de confissão de dívida com a CCEE referente à perda das outorgas das UTEs Monte Pascoal, Itapebi e Pernambuco IV.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do 3T13 e dos 9M13 comparado com o mesmo período de 2012 está demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Milhares	3T12 Ajustado	3T13	Var. %	9M12 Ajustado	9M13	Var. %
Receita com aplicação financeira	845	0	-100,0%	1.168	81	-93,1%
Varição monetária positiva	722	961	33,1%	2.672	2.667	-0,2%
Receita com mútuos	3.745	3.101	-17,2%	5.861	8.355	42,6%
Varição cambial positiva	293	4.113	1303,8%	1.218	4.935	305,2%
Atualização monetária s/créditos tributários	553	954	72,5%	1.949	1.858	-4,7%
Juros s/arrendamento financeiro	4.252	5.286	24,3%	12.909	13.990	8,4%
Outras receitas financeiras	2	31	1450,0%	284	1.070	276,8%
Receitas Financeiras	10.412	14.446	38,7%	26.061	32.956	26,5%

R\$ Milhares	3T12 Ajustado	3T13	Var. %	9M12 Ajustado	9M13	Var. %
Varição monetária negativa	(24.385)	(6.388)	-73,8%	(44.613)	(15.188)	-66,0%
Despesa com juros	(13.331)	(12.709)	-4,7%	(39.658)	(35.258)	-11,1%
Despesa com multas	(526)	(355)	-32,5%	(2.543)	(623)	-75,5%
Varição cambial negativa	1.816	(1.830)	n/a	(4.741)	(4.229)	-10,8%
Despesa com mútuos	(1)	0	n/a	(273)	0	n/a
Outras despesas financeiras	(762)	(1.298)	70,3%	(2.088)	(3.391)	62,4%
Despesas Financeiras	(37.189)	(22.580)	-39,3%	(93.916)	(58.689)	-37,5%

Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	(26.777)	(8.134)	-69,6%	(67.855)	(25.733)	-62,1%
--	-----------------	----------------	---------------	-----------------	-----------------	---------------

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) - Diferidos

No 3T13, houve reversão no valor de R\$ 0,8 milhão. Nos 9M13, a reversão somava R\$ 2,7 milhões ou 108% maior do que a apresentada nos 9M12 (R\$ 1,3 milhões). A variação dos impostos em relação à 2012 refere-se ao aumento do valor da amortização do IR diferido sobre o leasing financeiro da Raesa em função da entrada dos valores de conversão à gás e do IR diferido sobre a amortização das despesas diferidas sobre o mesmo assunto (conversão à gás).

Lucro/ Prejuízo Líquido

No 3T13, a Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 24,3 milhões, porém, significativamente menor do que o resultado negativo apresentado no mesmo período de 2012 (R\$ 41,9).

Na comparação entre os 9M, o resultado negativo também apresentou uma importante redução, passando dos R\$ 103,7 milhões em 2012 para R\$ 61,8 milhões. Tal redução se deu, essencialmente, devido ao aumento da receita (9,0%), diminuição das despesas gerais e administrativas (-6,8%) e ao aumento das receitas financeira (26,5%) e diminuição das despesas financeiras (-37,5%).



Lucro/ Prejuízo do exercício (Em milhares de reais)

3T12
Ajustado

(41.928)

3T13

(24.315)

Lucro/ Prejuízo do exercício (Em milhares de reais)

9M12
Ajustado

(103.756)

9M13

(61.858)

Endividamento Bancário

A dívida líquida da Multiner, em 30 de setembro de 2013, era de R\$ 577.790, contra R\$ 1.357.803 em 30 de setembro de 2012. Essa redução deve-se ao fato de que a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Sendo assim, não visualizaremos o passivo das empresas que são registradas no consolidado pelo método de equivalência patrimonial, que é o caso da New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO).

Multiner S.A. - Consolidado			
Endividamento (Valores em R\$ mil)	30/9/2013	30/6/2013	30/9/2012
Curto Prazo	(220.626)	(209.842)	(109.873)
Longo Prazo	(357.293)	(353.086)	(1.247.930)
(=) Endividamento	(577.919)	(562.928)	(1.357.803)
Disponibilidades	129	181	145
(=) Dívida Líquida	(577.790)	(562.747)	(1.357.658)

Obs: A Companhia não apresenta dívida em moeda estrangeira.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

- **Em 18/07/2013 – Assembleia Geral de Debenturistas - AGDEB:** (i) Ratificar (a) a autorização para substituição da titularidade das ações de emissão da Emissora gravadas com penhor em garantia de obrigações da Emissora junto aos Debenturistas ("Ações Empenhadas") e a assunção da condição de Garantidor das referidas Ações Empenhadas pela Bolognesi Participações S.A.; e (b) o penhor das referidas ações empenhadas em favor dos Debenturistas, até a integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, com efeitos retroativos.



- **Em 31/07/2013 – Reunião do Conselho de Administração:** (i) Apreciar as demonstrações financeiras do 3T12; (ii) Conhecer a renúncia do Diretor Financeiro e de RI e deliberar pela sua substituição temporária.
- **Em 26/08/2013 – Reunião do Conselho de Administração:** (i) Apreciação das demonstrações financeiras do ano de 2012 da Companhia.
- **Em 24/09/2013 – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO/E:** Em AGO, (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2012; (ii) Deliberar sobre a substituição do lucro do período e a distribuição de Dividendos; (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia. Em AGE, (i) Aprovar a remuneração global dos membros da Administração para o exercício de 2013.



ANEXO I

Multiner S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado	
	30/9/2013	31/12/2012 Ajustado
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	128	20.795
Aplicações financeiras vinculadas	1	10.612
Contas a receber	125.307	129.791
Adiantamentos a fornecedores	5.036	26.113
Pagamentos antecipados	197	665
Impostos a recuperar	7.865	13.599
Arrendamento financeiro a receber	11.105	8.094
Bens disponíveis para a venda	159	12
Outros créditos	3.142	3.552
	<u>152.940</u>	<u>213.233</u>
Não circulante		
Adiantamentos a fornecedores	4.388	4.409
Adiantamento para futuro aumento de capital	142.333	131.935
Creditos com partes relacionadas	231.452	182.108
Impostos diferidos	24.249	25.880
Impostos e Contribuições a Recuperar	41.034	36.706
Arrendamento financeiro a receber	195.321	156.516
Depósitos vinculados	781	14.809
	<u>639.558</u>	<u>552.363</u>
Investimentos	-	-
Propriedades para investimento	5.298	5.298
Imobilizado	89.316	152.907
Intangível	236.997	244.600
	<u>971.169</u>	<u>955.168</u>
Total do Ativo	<u>1.124.109</u>	<u>1.168.401</u>



ANEXO II

Multiner S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

Passivo	Consolidado	
	30/9/2013	31/12/2012 Ajustado
Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	220.626	83.954
Fornecedores	141.617	156.956
Salários e encargos sociais	1.991	1.925
Obrigações fiscais	23.668	20.573
Contas a pagar	1.487	1.449
Débitos com partes relacionadas	4	4
Outros	3.124	3.102
	<u>392.517</u>	<u>267.963</u>
Não circulante		
Empréstimos e Financiamentos	357.293	475.792
Obrigações fiscais	27.549	32.503
Provisão para passivo a descoberto	76.050	46.693
Fornecedores	3.374	12.295
Impostos diferidos	53.320	57.657
Provisão para contingências	1.336	1.336
Débitos com partes relacionadas	-	-
Outros	3.274	2.898
	<u>522.196</u>	<u>629.174</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	541.888	541.888
Reservas de capital	347.477	347.477
Prejuízos acumulados	(675.209)	(613.836)
	<u>214.156</u>	<u>275.529</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>214.156</u>	<u>275.529</u>
Participação de não controladores	<u>(4.760)</u>	<u>(4.265)</u>
	<u>209.396</u>	<u>271.264</u>
Total do Passivo e Patrimonio Líquido	<u>1.124.109</u>	<u>1.168.401</u>



ANEXO III

Multiner S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Consolidado			
	1/1/2013 à 30/9/2013	1/7/2013 à 30/9/2013	1/1/2012 à 30/9/2012 Ajustado	1/7/2012 à 30/9/2012 Ajustado
Receita líquida de vendas	<u>34.109</u>	<u>10.210</u>	<u>31.294</u>	<u>10.425</u>
Custo das Vendas	<u>(14.393)</u>	<u>(4.838)</u>	<u>(14.621)</u>	<u>(5.802)</u>
Lucro Bruto	<u>19.716</u>	<u>5.372</u>	<u>16.673</u>	<u>4.623</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(26.243)	(9.164)	(28.147)	(9.327)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.957)	(855)	(2.714)	(113)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	<u>(9.484)</u>	<u>(4.647)</u>	<u>(14.188)</u>	<u>(4.817)</u>
Receitas Financeiras	32.956	14.446	26.061	10.412
Despesas Financeiras	(58.689)	(22.580)	(93.916)	(37.189)
Financeiras líquidas	<u>(25.733)</u>	<u>(8.134)</u>	<u>(67.855)</u>	<u>(26.777)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(29.357)	(12.393)	(23.014)	(9.866)
Resultado antes dos impostos	<u>(64.574)</u>	<u>(25.174)</u>	<u>(105.057)</u>	<u>(41.460)</u>
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	2.706	859	1.301	(468)
Prejuízo do exercício	<u>(61.868)</u>	<u>(24.315)</u>	<u>(103.756)</u>	<u>(41.928)</u>
Prejuízo atribuível aos :				
Acionistas controladores	(61.373)	(24.072)	(100.700)	(41.304)
Acionistas não controladores	(495)	(243)	(3.056)	(624)
Prejuízo do exercício	<u>(61.868)</u>	<u>(24.315)</u>	<u>(103.756)</u>	<u>(41.928)</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	<u>5.713</u>	<u>5.713</u>	<u>5.713</u>	<u>5.713</u>
Prejuízo por ação do capital integralizado no final do exercício - R\$	<u>(11)</u>	<u>(4)</u>	<u>(18)</u>	<u>(7)</u>



ANEXO IV

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	01/01 a 30/09/13	01/01 a 30/09/2012 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(61.373)	(100.700)
Ajustes para:		
Depreciação	37	38
Amortização	7.676	21
Ativo permanente baixado	67.478	11.617
Amortização de custos de captação	301	1.946
Encargos de financiamentos	48.932	79.313
Resultado de equivalência patrimonial	29.357	20.968
Baixa de Intangível	-	-
Encargos em atraso - pagamento de Impostos	-	4.671
Perdas com investimentos	-	-
Baixas de investimentos	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(2.706)	(1.300)
Participação dos acionistas não controladores	(495)	(3.023)
	<u>89.207</u>	<u>13.551</u>
Aumento (redução) nos ativos/passivos		
De contas a receber e outras contas a receber	4.484	(49.161)
De adiantamentos a fornecedores	21.098	(30.035)
De partes relacionadas	(49.344)	(236.789)
De impostos a recuperar	1.406	(2.860)
De pagamentos antecipados	468	(81)
De adiantamento para futuro aumento de capital	(10.398)	-
De arrendamento financeiro a receber	(41.963)	5.365
De depósitos vinculados	14.028	(14.960)
De outros créditos	410	1.339
De obrigações fiscais	(1.859)	6.516
De fornecedores	(24.260)	45.426
Do contas a pagar e outros	38	82
De outros passivos	398	297
De salários e outros encargos	66	(1.152)
	<u>3.779</u>	<u>(262.462)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
	<u>3.779</u>	<u>(262.462)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras vinculadas	10.611	(50.867)
Investimentos - aquisição	-	(427)
Imobilizado - aquisição	(3.924)	(39.427)
No intangível - aquisição	(73)	(10)
	<u>6.614</u>	<u>(90.731)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		
	<u>6.614</u>	<u>(90.731)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	391.635
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(14.473)	(18.335)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(16.587)	(20.208)
	<u>(31.060)</u>	<u>353.092</u>
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento		
	<u>(31.060)</u>	<u>353.092</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(20.667)	(101)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>20.795</u>	<u>8.279</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro	<u>128</u>	<u>8.178</u>

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de
setembro de 2013

Notas Explicativas

CONTEÚDO

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. SOCIEDADES DA COMPANHIA
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
6. AJUSTES RETROSPECTIVOS E RECLASSIFICAÇÃO DE ITENS DO ATIVO E PASSIVO e RESULTADO PARA 2012
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS
9. CONTAS A RECEBER
10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES
11. PAGAMENTOS ANTECIPADOS
12. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS
13. DEPÓSITOS VINCULADOS
14. INVESTIMENTOS
15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
16. IMOBILIZADO
17. INTANGÍVEL
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
19. FORNECEDORES
20. OBRIGAÇÕES FISCAIS
21. CONTAS A PAGAR
22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
27. CUSTO DAS VENDAS
28. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS
29. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS
30. RESULTADO FINANCEIRO
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO
32. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO
33. ARRENDAMENTO FINANCEIRO A RECEBER
34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (54%)*, com sede em Porto Alegre. A outra participação do capital total pertence ao Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP” – 46%)*, administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade do São Paulo/SP – Brasil, o FIP é constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por nove fundações de previdência, tais como: Petros, Postalis, Funcef, Infraprev, Faceb, Refer, Fundiágua, Regius e Celos.

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: o fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como do PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

() O fechamento do contrato de reorganização ainda pende do implemento de condições e da prática de atos, cuja expectativa é de que ocorram ao longo de janeiro de 2014 . Adicionalmente, o Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcello Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 1,02 GW, sem incluir a Multiner. Desse total, 600 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 420 MW de usinas termelétricas.*

2. Sociedades da Companhia

a. Controladas

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 96,04%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível/gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletro-eletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Em operação desde 2010 e 2011, respectivamente, a sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras, para a venda de energia, pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

b. Controladas com Outorgas Revogadas

- Termelétrica Itapebi S.A.
- Termelétrica Monte Pascoal S.A.
- Termelétrica Pernambuco IV S.A.
- Termelétrica Termopower V S.A.
- Termelétrica Termopower VI S.A.

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes informações trimestrais incluem:

As informações trimestrais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP)

As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade- CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais da Companhia e de suas investidas foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função de (i) avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo e (ii) manutenção de saldo de ativo diferido constituído até 31 de dezembro de 2008, formado basicamente por despesas pré-operacionais nas investidas. Esse procedimento foi permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, e que tem caráter de transição até a total amortização desses saldos, enquanto que para fins de IFRS na data de transição, o saldo foi baixado em sua totalidade, para a conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 4.1.2.

Algumas adequações foram procedidas nas informações trimestrais individuais da controladora e de suas investidas, visando o alinhamento e equiparação às informações trimestrais consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos).

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Dessa forma, as informações trimestrais individuais da controladora e de suas investidas não apresentam diferenças em relação às informações trimestrais utilizadas na preparação das informações trimestrais consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43- Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos. As reconciliações do patrimônio líquido da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.2.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de janeiro de 2014, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

b. Base de Mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 13 - Propriedade para investimento

Nota 31 - Arrendamento financeiro a receber.

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 7 - Contas a receber

Nota 10 - Impostos a recuperar e diferido

Nota 12 - Investimentos

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Nota 15 - Intangível
Nota 21 - Contingências.

4. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas e individuais são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, publicadas na CVM em 4 de setembro de 2013.

As primeiras demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o IFRS, tendo o IFRS - *First time adoption* como base de elaboração, foram as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 - balanço de abertura do exercício social de 2009 (vide demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010).

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

4.1. Base de consolidação

Entidades da Companhia

Controladas Diretas	Participação acionária	
	30/09/2013	31/12/2012
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

A Companhia não apresentou alterações de participação em empresas consolidadas no período findo em 30 de setembro 2013 em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Apesar de a Multiner possuir mais do que a metade do poder de voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

A Companhia exerce controle nas demais investidas listadas acima, e aplica o método da consolidação integral.

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão registrados ao custo. Os mesmos são classificados como passivo, enquanto não houver formalização da intenção da Administração, em caráter irrevogável e irretratável de efetivar o aumento de capital, quando então serão tratados como parte do patrimônio líquido das investidas.

4.1.1. Principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo.

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada, exceto para as empresas que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 (joint ventures).

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações consolidadas.

O valor justo de ativos e passivos de Companhias adquiridas foi alocado nas contas específicas do balanço patrimonial consolidado.

4.1.2. Conciliação do Patrimônio Líquido da Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na Nota Explicativa Nº 3a, o patrimônio líquido da controladora difere do patrimônio líquido consolidado em função do saldo de ativo diferido existente no encerramento de cada exercício, que nas demonstrações financeiras individuais da controlada e das investidas preparadas de acordo com o BR GAAP foi mantido no ativo não-circulante e nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS foi baixado contra lucros acumulados.

	30/09/2013	31/12/2012
Saldos na controladora	214.027	275.400
Ajuste por manutenção do ativo diferido	<u>129</u>	<u>129</u>
Saldos no consolidado	<u><u>214.156</u></u>	<u><u>275.529</u></u>

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.3. Combinações de Negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

4.1.4. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

4.1.5. Controladas e controladas em conjunto

As informações trimestrais de controladas são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures).

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

4.1.6. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

4.1.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.7.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras registradas como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas.

4.1.7.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes, de partes relacionadas, arrendamento financeiro a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.8. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. As ações preferenciais são resgatáveis, não dão direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

4.1.9. Imobilizado

4.1.9.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis a aquisição ou construção de ativos qualificáveis, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, líquido da receita financeira decorrentes de investimentos temporários de tais financiamentos.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas da Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Revisões periódicas são feitas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados e a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação em prazos diferenciados de acordo com a vida útil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

4.1.9.2. *Reclassificação para propriedade para investimentos*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho que a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

4.1.9.2.1. *Custos Subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item obedecendo às premissas de que seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.9.2.2. *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, limitada ao prazo de autorização, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Máquinas e equipamentos - Administração	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.1.10. Ativos Intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 17.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis, veja Nota Explicativa nº 17.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.1.10.1. Custos de Desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

4.1.10.2. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

4.1.10.3. Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.10.4. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o saldo de software para os períodos correntes e comparativos é de 5 anos.

4.1.11. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e, subsequentemente pode ser mensurada a custo ou ao valor justo. A Administração decidiu por manter essas propriedades avaliadas pelo custo.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho, o qual a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no estado da Paraíba, veja Nota explicativa nº 15.

4.1.12. Diferido

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Conforme mencionado nas notas explicativas Nº 3a e 4.1.2, nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

4.1.13. Arrendamento Financeiro a receber

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados como arrendamentos financeiros são alocados entre receita financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do ativo (contas a receber) em aberto, veja Nota Explicativa nº 33.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.14. Redução ao valor recuperável - Impairment

4.1.14.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado.

4.1.14.2. Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado e pelo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.1.15. Benefícios Concedidos Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.1.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.17. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia, conforme apresentado na nota explicativa nº 23, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de energia é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre arrendamento financeiro e aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos que não se enquadram como capitalização de custos de empréstimos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

4.1.18. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 9 % de contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.1.19. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.20. Informação por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Administração da Companhia efetuou avaliação considerando: (i) a natureza dos produtos, (ii) a natureza dos processos de produção, (iii) o tipo ou categoria de clientes, (iv) os métodos usados para distribuir os seus produtos e a natureza do ambiente regulatório, e, considerando que a Companhia atua apenas no setor de geração de energia, analisa e toma decisões com base em relatórios de resultados operacionais consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Por tratar-se de apenas um segmento a apuração de resultado da Companhia já reflete o resultado por segmento.

Toda a receita da Companhia é proveniente de operações internas no País, oriunda da venda de energia.

4.1.21. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

4.1.22. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente, que compreende itens de receita e de despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, não está sendo apresentada porque não existem receitas e despesas que não estejam reconhecidas na demonstração do resultado para os exercícios findos em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro 2012.

4.1.23. Novas normas e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 ou em fase de discussão. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 01 de janeiro de 2013 e que tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

IAS 28 (CPC 18) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Nova redação - estabelece a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

IFRS 10 (CPC 36) Demonstrações Consolidadas – Nova redação - traz novos princípios para a apresentação e a elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. Além disso, estabelece que a entidade (controladora) que controle uma ou mais entidades (controladas) apresente demonstrações consolidadas; define o princípio e estabelece o controle como a base para a consolidação; define como aplicar o princípio de controle para identificar se um investidor controla a investida e, portanto, deve consolidá-la e os requisitos contábeis para a elaboração de demonstrações consolidadas.

ICPC 09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial – Nova redação - Esta Interpretação visa esclarecer e orientar questões inerentes aos pronunciamentos contábeis emitidos, bem como define procedimentos contábeis específicos para as demonstrações individuais das controladoras (controle integral ou conjunto).

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 01 de janeiro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

IFRS 12 (CPC 45) Divulgação de Participações em outras Entidades – exige que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliar:

- a natureza de suas participações em outras entidades e os riscos associados a tais participações;
- os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa
- os julgamentos usados e as premissas significativas consideradas para determinar a natureza de sua participação em outra entidade ou acordo e para estabelecer o tipo de negócio em conjunto no qual tem participação;
- as informações sobre suas participações em controladas; negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas que não são controladas pela entidade (entidades estruturadas não consolidadas)

IFRS 13 (CPC 46) Mensuração do Valor Justo - define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 38) – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

IAS 19 (CPC 33) Benefícios a Empregados - Nova redação - deve ser aplicada pela entidade empregadora/patrocinadora na contabilização de todos os benefícios concedidos a empregados, exceto aqueles para os quais se aplica a NBC TG 10 - Pagamento Baseado em Ações.

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.

Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras *Pro forma* que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em fase de discussão:

IFRS 06 (CPC 34) Exploração de Avaliação de Recursos Minerais - Refere-se ao tratamento das informações contábeis relacionadas com a exploração (no sentido da prospecção) e avaliação de recursos minerais, realizadas a partir da aquisição do direito legal de exploração até a constatação da viabilidade técnica e comercial do empreendimento, em cada área específica de exploração. O Pronunciamento enfatiza a necessidade de definição das políticas contábeis adotadas pela entidade para tratamento dos gastos envolvidos, notadamente, os ativos, os quais devem ser avaliados ao custo de aquisição e submetidos regularmente à avaliação da capacidade de recuperação do valor envolvido. Este Pronunciamento exige divulgação das políticas contábeis adotadas, dos valores relacionados com a exploração e avaliação, inclusive os relacionados com a perda por irrecuperabilidade de ativos, e ainda, do passivo, receitas e despesas e fluxos de caixa futuros. Determina, ainda, a incorporação aos ativos intangíveis do valor de baixa dos ativos tangíveis utilizados para o desenvolvimento daqueles, de acordo com o período de competência.

IAS 29 (CPC 42) Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária - Esta é mencionada nas normas que se referem à situação de alta inflação, com a técnica da correção integral, para as situações de investidas em países com alta inflação. O Pronunciamento está em fase de revisão no IASB.

IFRIC 20 (ICPC 18) Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção - Esta Interpretação deve ser aplicada aos custos de remoção de estéril, incorridos na mina de superfície durante a fase de produção da mina (custos de remoção de estéril e outros resíduos minerários na fase produtiva). Ainda no documento emitido pelo IASB, *Basis for Conclusions* da IFRIC 20, em seu item BC4, é ressaltado que a Interpretação se aplica à

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

atividade de mineração de superfície (e não de subsolo - *underground*), contemplando a extração de todo e qualquer recurso natural, inclusive carvão. Contudo estão de fora as atividades de extração de óleo e gás natural.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pela Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. *Ativos intangíveis*

O valor justo do ativo intangível reconhecido na combinação de negócios é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

b. *Contas a receber de clientes e outros créditos*

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

c. *Contas a receber de arrendamento financeiro*

O contrato de compra e venda de energia, enquadrado de acordo com o ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, como arrendamento financeiro, possui características que tornam impraticável a segregação dos pagamentos entre venda de energia e arrendamento financeiro. Como consequência o valor do contas a receber foi estimado com base em valor equivalente ao valor justo do ativo subjacente. Veja Nota Explicativa nº33.

d. *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***6. Ajustes Retrospectivos à 2012**

A Companhia ajustou os saldos de 31 de dezembro de 2012 no Balanço Patrimonial e 30 de setembro de 2012 no resultado, devido à adequação aos CPC 18 e 36 e ao ICPC 09, cujas redações foram modificadas em relação a novos princípios de apresentação e a elaboração das demonstrações financeiras de Companhias que devem aplicar o método de equivalência patrimonial em empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures).

Segue abaixo quadro comparativo com os efeitos dos ajustes:

Ativo	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes	31/12/2012 Ajustado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	27.889	(7.094)	20.795
Aplicações financeiras vinculadas	79.214	(68.602)	10.612
Contas a receber	136.536	(6.745)	129.791
Adiantamentos a fornecedores	28.513	(2.400)	26.113
Pagamentos antecipados	1.610	(945)	665
Impostos a recuperar	34.949	(21.350)	13.599
Arrendamento financeiro a receber	8.094	-	8.094
Bens disponíveis para a venda	5.362	(5.350)	12
Outros créditos	3.662	(110)	3.552
	<u>325.829</u>	<u>(112.596)</u>	<u>213.233</u>
Não circulante			
Adiantamentos a fornecedores	4.416	(7)	4.409
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	131.935	131.935
Creditos com partes relacionadas	180.409	1.699	182.108
Impostos diferidos	26.309	(429)	25.880
Impostos e Contribuições a Recuperar	75.392	(38.686)	36.706
Arrendamento financeiro a receber	156.516	-	156.516
Depósitos vinculados	16.998	(2.189)	14.809
	<u>460.040</u>	<u>92.323</u>	<u>552.363</u>
Investimentos			
Propriedades para investimento	5.298	-	5.298
Imobilizado	881.865	(728.958)	152.907
Intangível	244.601	(1)	244.600
	<u>1.591.804</u>	<u>(636.636)</u>	<u>955.168</u>
	<u>1.917.633</u>	<u>(749.232)</u>	<u>1.168.401</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Passivo	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes	31/12/2012 Ajustado
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	131.018	(47.064)	83.954
Fornecedores	167.356	(10.400)	156.956
Salários e encargos sociais	1.990	(65)	1.925
Obrigações fiscais	20.929	(356)	20.573
Contas a pagar	1.511	(62)	1.449
Débitos com partes relacionadas	507	(503)	4
Outros	3.102	-	3.102
	<u>326.413</u>	<u>(58.450)</u>	<u>267.963</u>
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	1.222.199	(746.407)	475.792
Obrigações fiscais	32.503	-	32.503
Adto para Futuro aumento de Capital	135	(135)	-
Provisão para passivo a descoberto	-	46.693	46.693
Fornecedores	12.295	-	12.295
Impostos diferidos	57.657	-	57.657
Provisão para contingências	1.336	-	1.336
Contas a Pagar	47	(47)	-
Outros	2.897	1	2.898
	<u>1.329.069</u>	<u>(699.895)</u>	<u>629.174</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	541.888	-	541.888
Reservas de capital	347.477	-	347.477
Prejuízos acumulados	(622.698)	8.862	(613.836)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>266.667</u>	<u>8.862</u>	<u>275.529</u>
Participação de não controladores	<u>(4.516)</u>	<u>251</u>	<u>(4.265)</u>
	<u>262.151</u>	<u>9.113</u>	<u>271.264</u>
	<u>1.917.633</u>	<u>(749.232)</u>	<u>1.168.401</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***Demonstração de Resultado**

	01/01/2012 à 30/09/2012	Ajustes	01/01/2012 à 30/09/2012 Ajustado
Receita líquida de vendas	51.050	(19.756)	31.294
Custo das Vendas	<u>(30.785)</u>	<u>16.164</u>	<u>(14.621)</u>
Lucro Bruto	20.265	(3.592)	16.673
Despesas Gerais e Administrativas	(34.276)	6.129	(28.147)
Outras Despesas Operacionais	<u>(4.290)</u>	<u>1.576</u>	<u>(2.714)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(18.301)	4.113	(14.188)
Receitas Financeiras	29.553	(3.492)	26.061
Despesas Financeiras	<u>(114.359)</u>	<u>20.443</u>	<u>(93.916)</u>
Financeiras líquidas	(84.806)	16.951	(67.855)
Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>-</u>	<u>(23.014)</u>	<u>(23.014)</u>
Resultado antes dos impostos	(103.107)	(1.950)	(105.057)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	<u>1.301</u>	<u>-</u>	<u>1.301</u>
Prejuízo do exercício	(101.806)	(1.950)	(103.756)
Prejuízo atribuível aos:			
Acionistas Controladores	(100.700)	0	(100.700)
Acionistas Não Controladores	<u>(1.106)</u>	<u>(1.950)</u>	<u>(3.056)</u>
Prejuízo do Exercício	<u>(101.806)</u>	<u>(1.950)</u>	<u>(103.756)</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***7. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	2	3	2	3
Bancos conta movimento	89	19.153	122	19.209
Aplicações financeiras	-	1.571	4	1.583
	<u>91</u>	<u>20.727</u>	<u>128</u>	<u>20.795</u>

As aplicações financeiras são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Taxa	Vencimento	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
			<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CDBs	100% do CDI	Diário	-	1.571	-	1.571
Título de Renda Fixa	95% do CDI	Diário	-	-	4	12
			<u>-</u>	<u>1.571</u>	<u>4</u>	<u>1.583</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 31.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	Taxa	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Título de Renda Fixa	80% CDI	-	9.686	-	9.687
Título de Renda Fixa	100,5% CDI	-	925	1	925
		<u>-</u>	<u>10.611</u>	<u>1</u>	<u>10.612</u>

As aplicações financeiras vinculadas são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***9. Contas a receber**

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - RAESA (1)	31.307	18.301
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2)	94.000	111.490
	<u>125.307</u>	<u>129.791</u>

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia,deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

(1) Valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrados na controlada RAESA. O montante contempla os seguintes valores:

(i) Faturamento mensal de potência contratada dos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2013 no valor de R\$ 24.277.

(ii) Faturamento mensal de O&M dos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2013 no valor de R\$ 7.030 .

(2) Valores a receber no valor de R\$ 94.000 da conta de CCC – ISOL (conta consumo de combustíveis isolados), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento de parte do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 31.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***10. Adiantamentos a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
GTel Grupo Tec. de Eletromecânica Ltda (1)	-	-	3.617	3.617
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	522	522
International Chamber of Commerce	357	327	357	327
CCEE-Câmara de Comerc. de Energia Elétrica	-	842	1.971	2.812
Nova Energia Serviços Ltda.	450	450	450	450
Rodrigo Reck Dias - EPP	2.100	-	2.100	-
Tecmon Montagens Tec. Industriais Ltda. (2)	-	-	-	22.406
Outros	83	111	304	285
Total	3.093	1.833	9.424	30.522
Circulante	2.971	1.711	5.036	26.113
Não Circulante	122	122	4.388	4.409

(1) Refere-se a adiantamento concedido à empresa GTEL Companhia Técnico de Eletromecânica, a título dos serviços de montagem eletromecânica a serem prestados nas UTEs de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal). Estes valores foram considerados recuperáveis em função de negociação para que os serviços sejam prestados no desenvolvimento de projetos da Companhia.

(2) Os adiantamentos concedidos a Tecmon Montagens Técnicas e Industriais Ltda nas controladas Termopower V e Termopower VI foram transferidos para a Bolognesi Participações S.A. conforme contrato de cessão de crédito.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***11. Pagamentos antecipados**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ace Seguradora S.A.	-	3	-	3
Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	-	-	34	242
J. Malucelli Seguradora S/A	23	-	69	253
Seguro Fiança Locatícia	15	65	15	65
Outros	62	90	79	102
Total de pagamento antecipado	100	158	197	665

12. Impostos a recuperar e diferidos**12.1. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social - Antecipação	4.632	4.494	31.300	26.145
COFINS	1.272	1.272	5.157	3.444
PIS	276	276	1.119	748
Imposto de renda sobre serviços	-	-	2.881	5.105
Contribuição social sobre serviços	10	10	8.290	9.854
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	45	307	45	326
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	22	98	4.676
Outros	9	10	9	7
Total	6.244	6.391	48.899	50.305
Circulante	-	-	7.865	13.599
Não Circulante	6.244	6.391	41.034	36.706

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***12.2. Impostos diferidos - Consolidado**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia registrou as despesas pré-operacionais incorridas a partir de 1º de janeiro de 2009 diretamente em conta de resultado do exercício, com base na Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos do CPC. Estas despesas foram adicionadas ao lucro líquido para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, sendo tratados como diferenças temporárias, posto que serão dedutíveis em exercícios futuros.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

As controladas Termelétrica Itapebi S.A., Rio Amazonas Energia S.A., Termelétrica Pernambuco IV.e a controladora Multiner S.A. estão enquadradas no regime Tributário de Transição – RTT por executarem lançamentos contábeis que segundo a Lei nº 11.941 não se enquadram na apuração do Lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, incorreram nas seguintes movimentações durante os exercícios apresentados:

Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Ativos

	Saldo em 31/12/2012	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Saldo final 30/09/2013	Reconhecido no resultado
Rio Amazonas S.A. - RAESA	1.096	-	1.096	-
2007 Participações S.A	24.784	(1.631)	23.153	(1.631)
Total	25.880	(1.631)	24.249	(1.631)

A Companhia e suas investidas não possuem estudo de lucratividade futura que as permita registrar o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados. No caso das controladas Rio Amazonas S.A. e 2007 Participações S.A., o ativo fiscal diferido foi reconhecido em função de as controladas possuírem passivo fiscal diferido em valor superior ao ativo fiscal diferido.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos**

	Saldo final 31/12/2012	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Transferências entre contas	Saldo final 30/09/2013	Reconhecido no resultado
2007 Participações S.A.	(47.939)	2.603	(2.080)	(47.416)	2.603
Rio Amazonas S.A.	(9.718)	1.734	2.080	(6.657)	1.734
Total	(57.657)	4.337	-	(53.320)	4.337

13. Depósitos Vinculados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
AES Sul - Tribunal de Justiça do RJ – CCEAR(1)	-	14.028	278	14.306
Depósitos Vinculados a Litígios	428	428	503	503
Total de pagamento de Depósitos Vinculados a Litígios	428	14.456	781	14.809

(1) Os depósitos judiciais referentes à exposição financeira das distribuidoras com os quais foram celebrados os CCEAR's (Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado) das controladas Itapebi e Monte Pascoal e Pernambuco IV, foram recuperados em 20 de maio de 2013 no valor de R\$ 14.028, por ter havido extinção do processo na esfera estadual, tendo em vista a arbitragem em curso do processo.

14. Investimentos**14.1. Composição de saldo**

	Controladora	
	30/09/2013	31/12/2012
Termelétrica Monte Pascoal S.A	156	656
Ágio na aquisição de investimentos (1)	91.715	91.715
Total	91.871	92.371

(1) Refere-se ao ágio apurado da combinação de negócios da controlada 2007 Participações S.A.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***14.2. Composição do Investimento**

	Saldo em 31/12/2012	Resultado de Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/09/2013
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	<u>656</u>	<u>(500)</u>	<u>156</u>

14.3. Composição da provisão para passivo a descoberto

A provisão para passivo a descoberto é composta pelo valor do patrimônio líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

	Controladora			
	PL negativo em 31/12/12	Resultado de Equivalência Patrimonial	Baixa de Investimentos	PL negativo em 30/09/13
2007 Participações S.A.	(100.236)	(10.474)	(1.812)	(112.522)
New Energy Options S.A.	(44.879)	(29.355)	-	(74.234)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.814)	(2)	-	(1.816)
Termelétrica Itapebi S.A.	(71.676)	(2.625)	-	(74.301)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	(6.590)	(51)	-	(6.641)
Termelétrica Termopower V S.A.	(1.792)	745	-	(1.047)
Termelétrica Termopower VI S.A.	<u>(1.888)</u>	<u>322</u>	<u>-</u>	<u>(1.566)</u>
Total	<u>(228.875)</u>	<u>(41.440)</u>	<u>(1.812)</u>	<u>(272.127)</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado			
	PL negativo em 31/12/12	Resultado de Equivalência Patrimonial	Baixa de Investimentos	PL negativo em 30/09/13
New Energy Options S.A.	(44.879)	(29.355)	-	(74.234)
Cia Energética Uruguai - CEU	<u>(1.814)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(1.816)</u>
Total	<u><u>(46.693)</u></u>	<u><u>(29.357)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(76.050)</u></u>

14.4. Movimentação do Saldo do ágio na controladora

	Saldo em 31/12/2012	Saldo 30/09/2013
Investida		
2007 Participações S.A.	76.212	76.212
New Energy Options S.A. (NEO)	<u>15.503</u>	<u>15.503</u>
Total	<u><u>91.715</u></u>	<u><u>91.715</u></u>

14.5. Informações das Investidas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de Participação mantido pela Companhia em suas Investidas.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Part.	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2012												
2007 Participações S.A.	96,04%	9.700	149.569	444.669	594.238	269.942	428.657	698.599	(104.361)	73.029	(99.096)	(26.067)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	140.743	964.781	1.105.524	72.419	1.089.205	1.161.624	(56.100)	48.401	(63.689)	(15.288)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.353	14.124	15.477	7.115	80.039	87.154	(71.677)	512	(41.423)	(40.911)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.146	14.759	15.905	2.633	12.617	15.250	655	19.356	(594)	18.762
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	4	10.668	10.672	723	12.503	13.226	(2.554)	-	(119)	(119)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	99%	990	2	7	9	610	5.990	6.600	(6.591)	1	(5.426)	(5.425)
Termelétrica Termopower V S.A.	99%	990	6.040	19.618	25.658	70	27.380	27.450	(1.792)	1	(1.518)	(1.517)
Termelétrica Termopower VI S.A.	99%	990	16.635	8.299	24.934	139	26.683	26.822	(1.888)	-	(1.820)	(1.820)
	Part.	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
30/09/2013												
2007 Participações S.A.	96,04%	9.700	141.980	433.661	575.641	274.935	417.862	692.797	(117.156)	54.378	(67.171)	(12.793)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	185.716	931.309	1.117.025	100.863	1.108.955	1.209.818	(92.793)	111.277	(147.971)	(36.694)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.349	14.123	15.472	7.434	82.339	89.773	(74.301)	498	(3.123)	(2.625)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.142	14.760	15.902	1.570	14.177	15.747	155	-	(500)	(500)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	4	10.668	10.672	723	12.506	13.229	(2.557)	-	(2)	(2)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	1	7	8	608	6.040	6.648	(6.640)	-	(50)	(50)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	25	10.388	10.413	74	11.386	11.460	(1.047)	-	744	744
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	31	80	111	110	1.567	1.677	(1.566)	-	322	322

As controladas da Companhia não têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

As informações das controladas são incluídas nas informações consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir, exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures), que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09.

14.6. Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante contra garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda. ("Eólica"), proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A. - ("CEU"), dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte restante na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

15. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda esta avaliando a sua melhor utilização.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Sapeaçu/BA	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602
	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>

A Administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

16. Imobilizado

	<u>Controladora</u>							
	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento		
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	283	20	131	28	228	54.174	54.864	
Adições	-	-	-	-	37	-	37	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 30 de setembro de 2013	283	20	131	28	265	54.174	54.901	
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(281)	(7)	(49)	(12)	(141)	-	(490)	
Adições	(1)	(1)	(6)	(2)	(26)	-	(36)	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 30 de setembro de 2013	(282)	(8)	(55)	(14)	(167)	-	(526)	
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2012	2	13	82	16	87	54.174	54.374	
Em 30 de setembro de 2013	1	12	76	14	98	54.174	54.375	

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado								Total
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Ajuste ao valor recuperável	
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	67	283	20	142	28	232	205.578	(52.949)	153.401
Adições	-	-	-	-	-	37	3.887	-	3.924
Baixas	-	-	-	-	-	-	(67.478)	-	(67.478)
Saldo em 30 de setembro de 2013	67	283	20	142	28	269	141.987	(52.949)	89.847
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(281)	(7)	(51)	(12)	(143)	-	-	(494)
Adições	-	(1)	(1)	(7)	(2)	(26)	-	-	(37)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2013	-	(282)	(8)	(58)	(14)	(169)	-	-	(531)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2012	67	2	13	91	16	89	205.578	(52.949)	152.907
Em 30 de setembro de 2013	67	1	12	84	14	100	141.987	(52.949)	89.316

Em junho de 2013 a Usina Termelétrica Cristiano Rocha em Manaus, passou a operar com gás natural na sua totalidade.

O valor de R\$ 67.478 em baixas de Imobilizado em andamento, refere-se substancialmente à transferências: i) dos gastos com equipamentos da Usina a gás natural (R\$50.029), para a conta de Leasing Financeiro a Receber, conforme, CPC 06- Operações de arrendamento mercantil e com o ICPC 03 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, conforme Nota explicativa N° 33; ii) ao repasse de adiantamentos feitos pelas Termelétricas Termopower V e VI à Wartsilla Finland para a Bolognesi Participações S.A.(R\$17.162) ; e iii) Tecmon Montagens Tec. Industriais Ltda para Bolognesi Participações S.A.(R\$287).

17. Intangível**a. Composição do saldo**

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ágio na aquisição de investimentos (i)	-	-	91.715	91.715
Contrato de compra de energia (ii)	-	-	139.460	147.115
Projeto Pernambuco (iii)	5.425	5.425	5.425	5.425
Projeto Iraí (iv)	254	254	254	254
Software	96	40	109	57
Obras de Arte	-	-	34	34
	<u>5.775</u>	<u>5.719</u>	<u>236.997</u>	<u>244.600</u>

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

(i) *Ágio apurado na aquisição de Investimentos Permanentes:*

Ágio apurado na aquisição da New Energy Options

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II da investida, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e vendas de energia já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 13% a.a. e prazo de projeção dos resultados de 20 anos, de acordo com os contratos de venda de energia. O ágio apurado foi de R\$ 15.503.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações

Em 10 de dezembro de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A. Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 11% a.a., e o prazo remanescente de 16 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212

(ii) Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.

(iii) Projeto Pernambuco: compreendido por 2 projetos de usinas termelétricas movidas a óleo combustível conforme abaixo:

Usinas	Capacidade Nominal (MW)	Leilão	Entrada em operação	Lotes vendidos (MW médios)	ICB (R\$/MWh)	Receita fixa (R\$milhões/ano)
UTE Termopower V	200,8	A-5	01/01/2013	104	145,90	75,7
UTE Termopower VI	200,8	A-5	01/01/2013	104	144,80	74,7

O valor do projeto é representado por desembolsos realizados pela Companhia que irão gerar valor econômico futuro.

(iv) Projeto Iraí: Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. Caso a Multiner e suas associadas nesse empreendimento não sejam vencedoras nesse leilão, a Administração entende que os gastos na elaboração dos estudos de aproveitamento hídrico referentes à usina hidrelétrica de aproximadamente 330 MW serão ressarcidos.

Movimentação do intangível

		Custo Controladora			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/09/2013
Software	5 anos	84	73	-	157
Obras de Arte	indefinida	-	-	-	-
Custos de desenvolvimento	indefinida	5.679	-	-	5.679
Ágio	indefinida	-	-	-	-
		<u>5.763</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>5.836</u>
		Amortização Controladora			
		Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/09/2013
Software		(44)	(17)	-	(61)
		<u>5.719</u>	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>5.775</u>

O valor de R\$ 5.679 na controladora refere-se substancialmente, a gastos com desenvolvimentos dos projetos Termopower V e Termopower VI. A Companhia tem expectativas de recuperação da outorga ou dos danos causados aos projetos;

		Custo Consolidado			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/09/2013
Software	5 anos	160	73	-	233
Obras de Arte	indefinida	34	-	-	34
Custos de desenvolvimento	indefinida	5.679	-	-	5.679
Ágio	indefinida	91.715	-	-	91.715
Contrato de compra de energia	indefinida	147.115	-	(7.655)	139.460
		<u>244.703</u>	<u>73</u>	<u>(7.655)</u>	<u>237.121</u>
		Amortização Consolidado			
		Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/09/2013
Software		(103)	(21)	-	(124)
		<u>244.600</u>	<u>52</u>	<u>(7.655)</u>	<u>236.997</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***18. Empréstimos e Financiamentos**

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 31.

As obrigações por empréstimos e financiamentos líquidas do custo de captação são representadas como segue:

		<u>Controladora</u>	
	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Capital de giro (R\$)	16,59%	119.336	120.291
		<u>119.336</u>	<u>120.291</u>
Circulante		119.336	5.999
Não circulante		-	114.292
		<u>-</u>	<u>114.292</u>
		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de curto prazo denominados em reais		<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	<u>Encargos anuais (*)</u>		
Capital de giro (R\$)	17,26%	119.336	5.999
Financiamento de investimento (R\$)	16,99%	101.290	77.955
		<u>220.626</u>	<u>83.954</u>
		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de longo prazo denominados em reais		<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	<u>Encargos anuais (*)</u>		
Capital de giro (R\$)	0,00%	-	114.292
Financiamento de investimento (R\$)	16,50%	357.293	361.500
		<u>357.293</u>	<u>475.792</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	30/09/2013	31/12/2012
IGPM	16,48%	220.626	83.954

		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	30/09/2013	31/12/2012
IGPM	15,88%	357.293	472.843
CDI	0,00%	-	2.949
		357.293	475.792

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2012	-	916
2013	-	955
2014	119.604	65.724
2015	-	8.769
2016 em diante	-	44.495
Custo de captação	(268)	(569)
	<u>119.336</u>	<u>120.291</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
2013	67.483	83.954
2014	165.176	159.620
2015	80.435	71.030
2016	43.349	37.101
2017	14.926	208.609
2018 em diante	206.818	-
Custo de captação	(268)	(568)
	<u>577.919</u>	<u>559.746</u>

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

Covenants

Atualmente, a Companhia está em processo de reestruturação financeira, com expectativa de conclusão até o final de 2013. As CCBs da Companhia possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, não apresentam inadimplementos, considerando que todas as CCBS estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores preveem alongamento de prazos, diminuição de taxa e conversão de parte da dívida em capital, que afetarão os índices.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fiança dos acionistas; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

A controlada, Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, não efetuou pagamento no prazo de vencimento dos CCBs emitidos, com vencimento de março de 2012 à setembro de 2013, num total de aproximadamente R\$56.690. Parte da liquidação das parcelas em atraso estão sendo efetuadas ao longo de 2013 e parte serão aditadas com prorrogação de prazo conforme acordo firmado com os credores.

Vide quadro de maturidade dos financiamentos, considerando valor nominal, incluindo juros a vencer, veja Nota Explicativa nº 31.

De acordo com o acordo de reorganização financeira da Multiner, fechado em março de 2012, quando ocorrer o fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, com expectativas de ocorrer até o final de 2013, as CCB's com vencimento a partir de fevereiro de 2012, terão carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal.

Em 9 de abril de 2013, 83,33% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, votaram pela inaplicabilidade do vencimento antecipado das debêntures em circulação, descrito na cláusula VI da escritura particular de emissão de debêntures.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativa Engenharia e Participações Ltda	113	-	113	-
CCEE - Câmara de Comerc. Energia Elétrica	669	-	772	-
Caterpillar Motoren GMBH & Co.	-	-	6.454	5.764
Cigam Software Corporativo Ltda	23	-	23	-
Davis Polk & Wardwell	308	-	308	-
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	-	-	4.477	1.103
Engevix Engenharia S.A.	-	-	684	683
G5 Energy Participações Ltda	366	-	366	-
Kaercher e Baggio Soc. de Advogados	173	-	180	-
Kroma Comercializ. De Energia Ltda	183	-	183	-
Lopes Martins Publicidade Ltda	265	-	265	-
Machado Meyer Sendacz e Poice Advogados	283	-	283	-
Medabil Sistemas Construtivos S.A.	-	-	723	723
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	8.921	103.140	120.592
Real Minas Fundo de Invest. Imobiliário	57	-	57	-
Rodrigo Reck Dias - EPP	59	-	59	-
Wartsila Brasil Ltda.	-	-	9.892	11.706
Wartsila Finland	-	-	11.976	11.508
Outros	496	1.798	5.036	17.172
	<u>2.995</u>	<u>10.719</u>	<u>144.991</u>	<u>169.251</u>
Circulante	2.995	1.798	141.617	156.956
Não circulante	-	8.921	3.374	12.295

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

(a) Destaca-se o valor a pagar a Petrobras Distribuidora, referente ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser reembolsado pela Eletrobrás (via a conta de CCC) e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., conforme destacado na Nota Explicativa nº 9.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
IRF	6	57	12	987
ISS	7	-	82	156
ICMS (1)	105	105	2.790	1.325
IOF	9.202	7.071	11.982	9.081
Parcelamentos de ICMS	-	-	34.622	40.982
Parcelamentos de IRPJ e CSLL	-	-	1.481	-
Outros	119	31	248	545
Total	9.439	7.264	51.217	53.076
Circulante	9.439	7.264	23.668	20.573
Não Circulante	-	-	27.549	32.503

(1) O valor de R\$34.622 no consolidado, refere-se substancialmente ao ICMS devido da controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, que em dezembro de 2012, foi negociado junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas o parcelamento desse imposto, inicialmente pelo valor de R\$ 46.321.

21. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contas a pagar por aquisição de investimento (1)	1.487	1.449	1.487	1.449

(1) Em 30 de setembro de 2013, o saldo refere-se ao valor a pagar para a empresa Quattropar, referente à compra de 29,70% da participação acionária na empresa 2007 Participações S.A. A variação no período no valor de R\$ 38, refere-se a atualização monetária da dívida. A empresa está contestando judicialmente os valores cobrados pela Quattropar.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

A exposição da Cia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº31.

22. Transações com partes relacionadas

Em 01 de outubro de 2012 a Companhia transferiu o saldo dos mútuos com as controladas New Energy Options Geração de Energia S.A., Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Monte Pascoal S.A., Companhia Energética do Uruguai S.A. e Termelétrica Pernambuco IV S.A. para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, decidindo que qualquer valor cedido as suas controladas à partir desta data, seja classificado nesta conta .

A Companhia tem a intenção de efetivar o aumento de capital, em dezembro de 2013.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está apresentado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Administradores (pró-labore)	392	755
Conselho de Administração/Fiscal (Honorários)	284	644
Comitê (Honorários)	44	73
Total	720	1.472

Notas Explicativas**Multiner S.A.****Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***Controladora**

A Companhia está sob a gestão da Bolognesi Participações S.A, conforme estatuto de transição de 28 de março de 2012. Segue resumo das operações e saldos com empresas relacionadas:

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativo Não Circulante:									
Contas a Receber	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica	42.972	38.712	42.972	38.712
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	A&G	261	261	261	261
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Mylossoma Participações	-	54	-	54
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai	2.419	2.417	2.419	2.417
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Genesis 2000	-	153	-	152
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	UTE Itapebi	79.341	77.040	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	UTE Monte Pascoal	11.059	10.906	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai	7.026	7.026	7.026	7.026
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco IV	6.040	5.989	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Paricipações	7.546	7.542	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy	135.307	124.908	135.307	124.908
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V	11.386	20.300	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	1.567	10.800	-	-
Valores a Receber (*)	Aporte de capital	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica	13.317	12.594	13.317	12.594
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Santa Rita	-	380	-	380
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco III	132	125	132	125
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	146.586	103.384	146.586	103.384
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V	-	7.080	-	-
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	-	15.883	-	-
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche I	-	31	-	31
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche II	-	31	-	31
Contas a Receber	Assunção de Dívida	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	25.765	23.968	25.765	23.968
Não Circulante:						490.724	469.584	373.785	314.043

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Passivo Circulante:									
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Crisga Consultoria	4	4	4	4
					Circulante:	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>4</u>
Passivo Não Circulante:									
Dividas com pessoas ligadas	Contratos de mútuos	Indeterminado	Inexistente	Controlada	RAESA	34.360	33.169	-	-
					Sub-total:	<u>34.360</u>	<u>33.169</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
					Não Circulante:	<u>34.360</u>	<u>33.169</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do Período									
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Multiner Óleo e Gás	-	177	-	177
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Companhia 44 de Negócios S.A.	-	556	-	556
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	JABR Participações S.A.	-	556	-	556
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Paricipações	-	67	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Itapebi S.A.	-	1.538	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Monte Pascoal S.A.	-	257	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Pernambuco IV S.A.	-	379	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Sta. Rita de Cássia S.A.	20	30	20	30
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	7	3.389	7	3.389
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	8.324	426	8.324	426
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche I S.A.	2	2	2	2
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower V S.A.	419	655	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche II S.A.	1	2	1	2
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower VI S.A.	917	769	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	-	3.083	-	3.083
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Jorge Amilcar Boueri da Rocha	-	-	-	169
Contas a receber		Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Administração e Participações LTDA	2.504	3.076	2.504	3.076
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	1.944	(2.223)	-	-
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	-	(248)	-	(248)

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Despesas Financeiras	Aquisição de investimentos	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Tecnologia	-	(3)	-	(3)
Resultado:						<u>14.138</u>	<u>12.488</u>	<u>10.858</u>	<u>11.215</u>

23. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas estão se defendendo de ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Risco provável

Empresa	Descrição dos processos	Controladora		Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Itapebi	Ação de Cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre a MEDABIL e a ITAPEBI para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.	-	-	1.336	1336
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.336</u>	<u>1.336</u>

Notas Explicativas**Multiner S.A.****Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***Risco possível**

Empresa	Descrição dos processos	Controladora 30/09/2013	Consolidado 30/09/2013
Monte Pascoal	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Itapebi	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Multiner	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações da UTE Pernambuco IV. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	32.938	32.938
2007/Raesa	Processo administrativo em andamento junto à distribuidora Amazonas Energia em razão do atraso na conversão da usina para operação bi-combustível, em fase de contraditório. Apresentada defesa com base (i) na ausência de mora contratual pelo atraso, uma vez que não deu causa à mora, (ii) ausência de obrigação contratual entre RAESA e Amazonas Energia, e (iii) a inexistência de relação contratual entre CIGÁS – fornecedora e a RAESA. Defesa administrativa apresentada, tendo sido obtida decisão judicial liminar suspendendo a cobrança do valor correspondente ao gás, que a AME pretendia glosar na fatura.	-	21.393
Termopower V e VI	Aplicação de penalidade pela ANEEL referente à revogação da outorga por descumprimento de cronograma e obrigação. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não	-	32.000

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

	implantação dos empreendimentos.		
Monte Pascoal	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Itapebi	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/13, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Multiner	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado	35.000	35.000

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2012 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.

Itapebi	Em dezembro de 2011, a Companhia tomou ciência da abertura de um processo de arbitragem impetrado pelo fornecedor Caterpillar AG contra a Multiner, referente ao descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento de equipamentos para a UTE Itapebi, com o pleito de EUR 60 milhões. Todavia, após a fase de produção de provas, perícia técnica, bem como das alegações finais, a Caterpillar reconheceu o valor de EUR 23 milhões.	-	61.994
Total		<u>67.938</u>	<u>294.059</u>

24. Patrimônio líquido**a. Capital subscrito e integralizado**

O capital subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 541.888, sendo composto por 5.712.567 ações, sendo 3.215.360 ordinárias e 2.497.207 ações preferenciais. Todas as ações emitidas foram integralizadas. Em 31 de dezembro de 2012 e 30 de setembro de 2013, a composição acionária era a seguinte:

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.	1.291.140	1.291.140	-	-
CIA 44 DE NEGOCIOS S.A.	197.031	197.031	-	-
JABR PARTICIPAÇÕES SA	183.918	183.918	-	-
CIA DE INVESTIMENTOS RESULTADO	54.911	54.911	-	-
MULTINER FUNDO DE INVEST EM PARTICIPAÇÕES	<u>3.985.567</u>	<u>1.488.360</u>	<u>1.970.751</u>	<u>526.456</u>
Total	<u>5.712.567</u>	<u>3.215.360</u>	<u>1.970.751</u>	<u>526.456</u>

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Em 28 de março de 2012, JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A. como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (a) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

O fechamento da operação de reorganização e financiamento e a consequente transferência de controle da Multiner estão sujeitas à obtenção da autorização prévia da ANEEL e implemento de demais condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e no Contrato de Reorganização. Ainda em 28 de março de 2012, através de Ata de Assembléia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1; (iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: (1) valor do aumento: R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que foram realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Participações S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A. No entanto na Custódia do Banco Itaú S.A., ainda consta os antigos sócios, pois as ações estão em garantia dos debenturistas.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais resgatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR são conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderá ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuem direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decida realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista opte pela não conversão de suas ações, as mesmas serão resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivale ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderá ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares as antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas, dependendo apenas da assinatura do Termo de Fechamento do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia.

b. Reserva de capital para investimentos

Essa reserva foi constituída em 31 de dezembro de 2007 e aprovada pelos acionistas da Multiner, conforme AGE da mesma data, com o intuito de promover o aporte de recursos para investimentos.

c. Reserva de ágio na emissão de ações

O montante de R\$ 269.361 é decorrente de ágio apurado através de análise a valor de mercado quando da emissão, em 2009, de ações preferenciais resgatáveis.

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

25. Receita operacional

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Fornecimento de energia:		
Potência Garantida	69.005	64.649
Operação e Manutenção	16.193	13.997
	<u>85.198</u>	<u>78.646</u>
Deduções:		
PIS	(1.406)	(1.298)
COFINS	(6.475)	(5.977)
ICMS	(21.299)	(19.662)
Leasing Financeiro - Raesa	(19.089)	(17.443)
Outras deduções	(2.820)	(2.972)
	<u>(51.089)</u>	<u>(47.352)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>34.109</u></u>	<u><u>31.294</u></u>

A rubrica “Outras deduções” inclui: Glosa / Penalidade – R\$2.820 (R\$ 2.972 em 30 de setembro de 2012), da controlada RAESA..

O item “Leasing Financeiro” de R\$ 19.089 (R\$ 17.443 em 30 de setembro de 2012), é referente a amortização realizada conforme CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. O ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. (“RAESA”) se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro, conforme Nota Explicativa nº 33.

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no período de janeiro a setembro de 2013, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A..

26. Despesas gerais e administrativas

Controladora		Consolidado	
30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Pessoal	-	(2.450)	(2.430)	(4.878)
Honorários dos administradores	-	(729)	(720)	(1.204)
Tributárias	(610)	(192)	(890)	(425)
Depreciação/Amortização	(54)	(49)	(7.723)	(7.719)
Consultorias e assessorias em geral	(2.804)	(1.253)	(3.233)	(2.827)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(238)	(729)	(770)	(919)
Armazenagem	-	-	(1.484)	(2.942)
Consultoria jurídica	(3.533)	(2.007)	(3.966)	(2.778)
Seguros	(101)	(92)	(310)	(95)
Aluguel	(2.119)	(2.169)	(2.332)	(2.228)
Viagens	(482)	(506)	(615)	(643)
Outras despesas	(1.231)	(936)	(1.769)	(1.489)
Total despesas gerais e administrativas	<u>(11.172)</u>	<u>(11.112)</u>	<u>(26.243)</u>	<u>(28.147)</u>

27. Custo das vendas

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Operação e Manutenção	(6.513)	(8.989)
Óleo lubrificante	(2.098)	(1.675)
Material de consumo	(5.112)	(3.477)
Seguros	(189)	(238)
Outros custos	(481)	(242)
Total custo de vendas	<u>(14.393)</u>	<u>(14.621)</u>

28. Outras despesas/receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Provisão de perda aquisição 2007 Participações S.A.	(1.812)	(2.428)	-	-
Penalidades com energia elétrica	(1.731)	(468)	(1.881)	(585)

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Perda sobre valor recuperável	-	(1.886)	-	(1.886)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(333)	(307)
Baixa de investimentos	(463)	-	(463)	-
Despesa com processos trabalhistas/cíveis	(104)	-	(104)	-
(-) Outras receitas/despesas	(176)	1	(176)	64
	<u>(4.286)</u>	<u>(4.781)</u>	<u>(2.957)</u>	<u>(2.714)</u>

29. Despesas com Benefícios a Funcionários

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo. As despesas com os funcionários estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Ordenados e Salários	-	(1.626)	(1.482)	(3.295)
Encargos Sociais	-	(461)	(553)	(961)
Benefícios	-	(363)	(395)	(622)
	-	<u>(2.450)</u>	<u>(2.430)</u>	<u>(4.878)</u>

No ano de 2013 a Diretoria Financeira decidiu modificar o critério de rateio da folha de pagamento, estamos distribuindo as despesas somente com as controladas operacionais, rateio este feito em relação a receita bruta de cada usina, com isso a Controladora passa a não computar despesas com funcionários.

30. Resultado financeiro

Controladora		Consolidado	
30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)***Despesas Financeiras**

Varição monetária negativa	(5.962)	(23.137)	(15.188)	(44.613)
Despesa com juros	(6.857)	(8.108)	(35.258)	(39.658)
Despesa com multas	(294)	(312)	(623)	(2.543)
Varição cambial negativa	(92)	(2)	(4.229)	(4.741)
Despesa com mútuos	(1.944)	(2.016)	-	(273)
Outras despesas financeiras	(2.447)	(1.975)	(3.391)	(2.088)
	<u>(17.596)</u>	<u>(35.550)</u>	<u>(58.689)</u>	<u>(93.916)</u>

Receitas Financeiras

Receita com aplicação financeira	81	1.139	81	1.168
Varição monetária positiva	2.504	2.426	2.667	2.672
Receita com mútuos	9.691	8.960	8.355	5.861
Varição cambial positiva	96	-	4.935	1.218
Atualização monetária s/créditos tributários	211	280	1.858	1.949
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	13.990	12.909
Outras receitas financeiras	1.039	282	1.070	284
	<u>13.622</u>	<u>13.087</u>	<u>32.956</u>	<u>26.061</u>

Resultado Financeiro

	<u>(3.974)</u>	<u>(22.463)</u>	<u>(25.733)</u>	<u>(67.855)</u>
--	----------------	-----------------	-----------------	-----------------

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Controladora

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Mensuração	30/09/2013		31/12/2012	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	Custo amortizado	91	91	20.727	20.727
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	231.452	231.452	205.071	205.071
		<u>231.543</u>	<u>231.543</u>	<u>225.798</u>	<u>225.798</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 8)	Valor justo	-	-	10.611	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.611</u>	<u>-</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 19)	Custo amortizado	2.995	2.995	10.719	10.719
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	34.360	34.360	33.173	33.173
Contas a pagar (Nota 21)	Custo amortizado	1.487	1.487	1.449	1.449
Financiamentos (Nota 18)	Custo amortizado	119.336	118.741	120.291	120.147
		<u>150.178</u>	<u>157.583</u>	<u>165.632</u>	<u>165.488</u>

Consolidado

	Mensuração	30/09/2013		31/12/2012	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	Custo amortizado	128	128	20.795	20.795
Contas a receber (Nota 9)	Custo amortizado	125.307	125.307	129.791	129.791
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	231.452	231.452	182.108	182.108
		<u>356.877</u>	<u>356.877</u>	<u>332.694</u>	<u>332.694</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 8)	Valor justo	1	1	10.612	10.612
		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>10.612</u>	<u>10.612</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 19)	Custo amortizado	144.991	144.991	169.251	169.251
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	4	4	4	4
Contas a pagar (Nota 21)	Custo amortizado	1.487	1.487	1.449	1.449
Financiamentos (Nota 18)	Custo amortizado	577.919	502.034	559.746	511.161
		<u>724.401</u>	<u>648.516</u>	<u>730.450</u>	<u>681.865</u>

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma diretriz global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado, através do resultado, na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração, uma vez que a maioria dos investimentos em CDBs possuem liquidez diária e as aplicações em debêntures privadas possuem cláusula de resgate antecipado, com remuneração calculada de forma *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

Aplicações financeiras vinculadas a operações de crédito: São aplicações financeiras em CDBs que são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como mantidos até o vencimento, e as aplicações financeiras em Fundos de Investimento não disponíveis para resgate que são mensuradas pelo preço de mercado.

Contas a receber e adiantamento a fornecedores: mensurados ao custo amortizado, com expectativa de realização no curto prazo.

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificado como passivo financeiros mensurado ao custo amortizado.

Contas a pagar para partes relacionadas: mensurados ao custo amortizado, e classificado como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

1º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia remuneradas a CDI possuem cláusula de liquidez. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

2º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia e remuneradas pelo IGP-M não possuem cláusula de liquidez, e têm vencimento em 4 anos. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Empréstimos (remunerados a CDI): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a IGP-M): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a taxa pré fixada): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;
Risco de crédito;
Riscos de mercado:
Taxa de juros; e
Taxa de câmbio.

a. *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, considerando os juros a vencer até o final do contrato.

Maturidade dos Passivos

	Valor contábil 30/09/2013	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1 -2 anos	2 -5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	144.991	144.991	29.071	112.546	3.374	-	-
Contas a pagar	1.487	1.487	1.487	-	-	-	-
Partes relacionadas	4	4	4	-	-	-	-
Financiamentos	577.919	577.919	67.483	153.143	94.468	58.725	206.550

Os valores demonstrados no quadro acima, refletem a atual situação da Companhia antes da Reestruturação Financeira, após as conversões e repactuações de dívidas acordadas com os credores, que acontecerão no closing da operação, tais valores serão substancialmente reduzidos.

b. *Risco de crédito*

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, e da Rio Amazonas Energia S.A contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas com garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

c. Risco de mercado**Risco de taxa de juros**

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	7	-	1.571	4	1.583
Contratos de mútuo com partes relacionadas	22	231.452	150.882	231.452	127.919
Aplicações vinculadas	8	-	10.611	1	10.612
Total		231.452	163.064	231.457	140.114
Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Contratos de mútuo com partes relacionadas	22	(34.360)	(33.169)	-	-
Empréstimos e Financiamento	18	-	(2.949)	-	(2.949)
Total		(34.360)	(36.118)	-	(2.949)
Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Empréstimos e Financiamento	18	(119.336)	(117.342)	(577.919)	(556.797)
		(119.336)	(117.342)	(577.919)	(556.797)

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 30 de setembro de 2013.

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%.

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
				(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	5	Queda CDI	0	0	0

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Contratos de mútuo a receber	231.452	Queda CDI	24.532	18.399	12.266
Adiantamentos a fornecedores	72.692	Queda Euro	2.576	(16.241)	(35.058)
Adiantamentos a fornecedores	356	Queda Dolar	1	(88)	(177)
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(577.919)	Alta IGPM	(106.333)	(119.190)	(132.048)
Fornecedores	(22.186)	Alta Euro	(786)	(6.529)	(12.272)
Fornecedores	(308)	Alta Dolar	(1)	(79)	(156)

		30/09/2013		
Pós Fixado		Valor Justo	25%	50%
		Multiner - Debêntures 2ª Emissão	118.741	119.642
RAESA - CCB 1ª Emissão	168.301	170.270	172.250	
RAESA - CCB 2ª Emissão	214.992	235.009	256.937	
		502.034	524.921	549.724

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* do juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas entre 95% e 100,5% do DI.

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5% a.a.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Risco de taxa de câmbio

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, a Companhia poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante este período, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

e. Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Informação sobre determinação de valor de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia avaliados a preço de mercado são classificados como segue abaixo:

Nível 1 - instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente o seu valor justo;

Nível 2 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo, porém seu modelo de precificação é baseado em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo e que seu modelo de precificação não é baseado em dados observáveis no mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1, 2 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

32. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Abaixo apresentamos o resultado por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Prejuízo atribuível aos acionistas	(61.373)	(100.700)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (n° de ações)	5.712.567	5.712.567
Resultado por ação básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	<u>(11)</u>	<u>(18)</u>

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

33. Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, o ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. ("RAESA") se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Leasing financeiro	206.426	164.610
Circulante	11.105	8.094
Não Circulante	<u>195.321</u>	<u>156.516</u>

Este arrendamento foi registrado como arrendamento financeiro considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a atual Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aborda os seguintes principais pontos:

- i. A Amazonas Distribuidora possui capacidade operacional, porem seu direito de exercê-la só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, que se dará ao final do contrato;
- ii. Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- iii. O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deva ser única e exclusiva para a Amazonas Distribuidora.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013***(Em milhares de Reais)*

Após a definição de que o empreendimento registrado anteriormente como ativo imobilizado deveria ser reconhecido como arrendamento mercantil financeiro.

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente, sobre arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Até 1 ano	11.105	8.094
Acima de 1 ano - até 5 anos	48.637	34.825
Mais de 5 anos	<u>146.684</u>	<u>121.691</u>
	<u><u>206.426</u></u>	<u><u>164.610</u></u>

34. Eventos subsequentes***Não pagamento dos certificados de crédito bancário (CCBs)***

A controlada, Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, não efetuou pagamento no prazo de vencimento dos CCBs emitidos, com vencimento de março de 2012 à setembro de 2013, num total de aproximadamente R\$56.690. Parte da liquidação das parcelas em atraso estão sendo efetuadas no segundo semestre de 2013 e parte serão aditadas com prorrogação de prazo, conforme acordo firmado com os credores.

CCB's a serem convertidas em capital

No quarto trimestre de 2013, conforme memorando de entendimentos entre a Companhia e os credores CELUS, METRUS, CAFAP e ELETRA, para conversão de parte dos CCB's em Capital da Multiner S.A., a Rodrigo Reck Dias EPP, contratada em 30 de abril de 2012, para assessorar a operação de reestruturação da Multiner S.A., projetou o sucesso no valor de R\$ 101.979, para esta conversão. A empresa contratada para esta negociação receberá a título de sucesso o percentual de 0,35%.

Contas à Receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

No quarto trimestre de 2013, foram recebidos os valores faturados à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. referentes aos meses de junho, julho e agosto de 2013.

Paulo Cesar Rutzen
(Presidente)

Giancarlo Porto Bratkowski
(Diretor de Operações)

Rosane dos Anjos Guimarães de Oliveira
(Gerente do Departamento de Contabilidade)
CRC – RJ 073528/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da Multiner S/A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

4. As informações financeiras individuais e consolidadas apresentam, na rubrica de ativo imobilizado, em 30 de setembro de 2013, o montante de R\$ 54.174 mil referente a adiantamentos para fornecimento de equipamentos. A revogação das outorgas para construção dessas UTEs pela ANEEL, mencionada na Nota Explicativa nº 2-b, representa um indicativo de que esses investimentos podem estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses investimentos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36. Como consequência, não foi possível nos satisfazerem quanto à necessidade de ajustes do saldo da conta de ativo imobilizado.

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, as informações financeiras individuais e consolidadas apresentam saldo de ativo intangível referente a gastos com desenvolvimento dos projetos Pernambuco, no montante de R\$ 5.425 mil e Iraí, no montante de R\$ 254 mil. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses ativos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36. Como consequência, não foi possível nos satisfazerem quanto à necessidade de ajustes do saldo da conta de ativo intangível.

6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a Controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, não efetuou no prazo os pagamentos das Cédulas de Créditos Bancários, no montante de R\$ 56.690 mil, cujos contratos determinam o cumprimento de certas obrigações e a manutenção de certos índices financeiros (Covenants) que, em caso de descumprimento, garantem ao credor o direito de exigir o pagamento antecipado do valor total da dívida. No entanto, em 30 de setembro de 2013, a Companhia e sua controlada não avaliaram o efeito desse assunto em suas informações financeiras, principalmente no que tange a possível reclassificação da dívida do passivo não circulante para o passivo circulante. Como consequência, não foi possível nos satisfazerem quanto à necessidade de reclassificações dessas dívidas.

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão das 445.620 ações preferenciais resgatáveis, pertencentes ao Multiner Fundo de Investimento em Participações, em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1. Essas ações continuam com as mesmas características das ações preferenciais resgatáveis e nas mesmas condições descritas na Nota 24. Nessas condições, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros – Apresentação, as ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Companhia representam um passivo financeiro e deveriam ter sido registradas no grupo do passivo não circulante pelo seu valor justo, ao invés de classificadas como capital social, no patrimônio líquido. Em função da não observância ao Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32), em 30 de setembro de 2013, o patrimônio líquido está a maior em R\$ 497.001 mil e o passivo não circulante está a menor em R\$ 781.847 mil e o prejuízo do período findo, naquela data, está a menor em R\$ 172.253 mil.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

8. Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

9. Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

10. Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 294.059 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações financeiras, individuais e consolidadas, em 30 de setembro de 2013. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira da Companhia deverão sofrer um impacto relevante.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

11. Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2014

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Multiner S.A, instalado em 17 de janeiro de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os relatórios da Administração da Companhia e o ITR - Informações Trimestrais relativo ao exercício de 30 de setembro de 2013, cuja elaboração obedece as instruções normativas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários. Tendo também por base o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Boucinhas, Campos & Conti, em 22 de janeiro de 2014, e já consideradas as observações relativas à ressalva e a ênfase contida no citado relatório, os membros do Conselho Fiscal consideram que o referido ITR está aprovado para as devidas divulgações societárias.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2014.

José Lino Fontana
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Frederico Aires Duque
Conselheiro

Arthur Simões Neto
Conselheiro

Gianna Sonogo Bolognesi
Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Multiner S.A., relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 13 de janeiro de 2014.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2014.

Paulo Cezar Rutzen
Diretor-Presidente

Giancarlo Porto Bratkowski
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Boucinhas, Campos & Conti, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Multiner S.A., relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 13 de janeiro de 2014.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2014.

Paulo Cezar Rutzen
Diretor-Presidente

Giancarlo Porto Bratkowski
Diretor de Operações